



Plano de Governo DA COLIGAÇÃO **Natal Merece Mais**

ELEIÇÃO:
**PREFEITURA
DE NATAL
EM 2024**

CANDIDATOS:
**Natália Bonavides
e Milklei**

Sumário

APRESENTAÇÃO DO PLANO DE GOVERNO	04
A NATAL QUE MERECEMOS	06
EIXO 1 Natal merece direitos para todo o povo	07
• OBJETIVO 1 - Assegurar o acesso à Educação pública de qualidade.	09
• OBJETIVO 2 - Universalizar o acesso à saúde de qualidade.	10
• OBJETIVO 3 - Fortalecer a política de Assistência Social.	12
• OBJETIVO 4 - Institucionalizar a rede municipal de proteção aos Direitos Humanos e de grupos em situação de vulnerabilidade socioeconômica.	13
• OBJETIVO 5 - Combater o racismo e estruturar uma prefeitura antirracista.	14
• OBJETIVO 6 - Promover a igualdade de gênero e combater qualquer forma de violência contra a mulher.	15
• OBJETIVO 7 - Assegurar acesso à moradia digna e segura.	16
• OBJETIVO 8 - Consolidar as políticas públicas de cultura e de preservação do patrimônio histórico da cidade.	17
• OBJETIVO 9 - Democratizar e requalificar os espaços públicos e estruturar a cidade com equipamentos e espaços de lazer e para a prática de esporte.	18
• OBJETIVO 10 - Estruturar o sistema de mobilidade urbana na cidade.	19
• OBJETIVO 11 - Construir política de segurança pública cidadã e baseada em evidências.	20
• OBJETIVO 12 - Assegurar o desenvolvimento urbano da cidade por meio do planejamento.	21
EIXO 2 Natal merece uma gestão pública e serviços públicos mais modernos e transparentes	23
• OBJETIVO 1 - Assegurar a participação popular, descentralizar a tomada de decisão e a execução de políticas públicas, e aumentar a transparência.	26
• OBJETIVO 2 - Promover uma transformação digital da administração municipal para melhorar a prestação dos serviços públicos.	27
• OBJETIVO 3 - Realizar planejamento orçamentário e financeiro do município.	27
• OBJETIVO 4 - Capacitar e valorizar os servidores públicos municipais para melhorar a prestação do serviço público.	28
• OBJETIVO 5 - Institucionalizar iniciativas que promovam justiça social.	29
• OBJETIVO 6 - Consolidar a cooperação interfederativa da região metropolitana.	29
EIXO 3 Natal merece mais desenvolvimento sustentável	31
• OBJETIVO 1 - Transformar Natal em um polo tecnológico.	34
• OBJETIVO 2 - Estruturar política de emprego e renda no município.	35
• OBJETIVO 3 - Implantar programa de incentivo à industrialização e de fomento a atividades com maior valor agregado.	36
• OBJETIVO 4 - Consolidar um turismo integrado à comunidade e ambientalmente adequado ao século XXI.	37
• OBJETIVO 5 - Organizar o trabalho informal e assegurar direitos a esses trabalhadores.	38
• OBJETIVO 6 - Fomentar a economia solidária e os pequenos e microempreendedores.	38
• OBJETIVO 7 - Incentivar a pesca artesanal, a indústria pesqueira e a agricultura urbana.	39
EIXO 4 Natal merece mais justiça socioambiental	40
• OBJETIVO 1 - Transformar Natal em uma cidade sustentável.	41
• OBJETIVO 2 - Promover medidas de mitigação (redução da emissão de gases do	

efeito estufa) e adaptar a cidade aos efeitos das mudanças climáticas.	42
• OBJETIVO 3 - Melhorar o sistema de drenagem urbana e requalificar as lagoas de captação para evitar alagamentos e desastres ambientais.	43
• OBJETIVO 4 - Estruturar a rede de esgotamento sanitário da cidade.	43
• OBJETIVO 5 - Gerir os resíduos sólidos de forma a reduzir o volume e garantir o tratamento adequado dos resíduos gerados.	43
• OBJETIVO 6 - Preservar a Biodiversidade e restaurar os ecossistemas existentes no município.	44
• OBJETIVO 7 - Instituir uma política de proteção e de recuperação de nossos recursos hídricos.	44
• OBJETIVO 8 - Proteger a nossa zona costeira para garantir a sua biodiversidade, a sua balneabilidade e seu uso diverso pela população.	44
• OBJETIVO 9 - Contribuir para a transição energética do município.	45
• OBJETIVO 10 - Transformar Natal numa cidade que acolhe todos os seres.	45



1 | APRESENTAÇÃO DO PLANO DE GOVERNO

A candidatura de Natália Bonavides para a prefeitura de Natal e de Milklei Leite para a vice prefeitura é uma oportunidade da cidade para romper com o ciclo de prefeituras que não fazem o menor esforço para garantir uma vida melhor para quem vive em Natal. Nos últimos anos, nossa cidade teve governos que fizeram muito menos do que o necessário para resolver os problemas da cidade e da classe trabalhadora natalense.

Os resultados disso têm sido a desaceleração do crescimento da cidade, o aumento da desigualdade, a perda de oportunidades de investimento, o sucateamento dos serviços públicos, a criação de barreiras para que a população tenha acesso a direitos, a redução da renda e de direitos dos servidores públicos e dos trabalhadores, o colapso do sistema de transporte público da cidade, e, em última instância, a piora da vida das pessoas que vivem em nossa cidade. Tudo isso está fazendo Natal ficar para trás quando comparada às capitais próximas à do nosso estado. Enquanto essas capitais tiveram políticas públicas que contribuíram para a redução da desigualdade e para uma aceleração do crescimento econômico, a nossa, vítima de decisões políticas equivocadas de quem esteve à frente da prefeitura nos últimos anos, caminhou no sentido contrário.

É chegado o momento de rompermos de vez com essa realidade. E a candidatura de Natália Bonavides e de Milklei Leite, representando a Coligação Natal Merece Mais, é uma oportunidade para construirmos uma Natal comprometida com a melhoria da qualidade de vida das pessoas que vivem nesta cidade. Para isso, este plano de governo tem como principal meta estabelecer políticas que coloquem a cidade no rumo do desenvolvimento sustentável com combate às desigualdades e com garantia de direitos.

E a chapa da Coligação Natal Merece Mais é a única preparada para executar uma agenda capaz de colocar Natal nesse rumo, por ela ser construída pelos setores que lutam por construir uma cidade verdadeiramente popular. Esta chapa é um movimento de quem lutou contra as políticas das gestões anteriores da prefeitura que deixaram Natal para trás e reduziram os horizontes dos sonhos do povo natalense. Portanto, é um movimento para, finalmente, esses setores tomarem as rédeas do futuro da cidade para conduzir uma gestão municipal que tenha como objetivo principal garantir direitos e acabar com as desigualdades.

Este plano de governo é fruto de um processo que se iniciou com plenárias temáticas em bairros que denominamos “chame gente” para ouvir as principais demandas e angústias da população de Natal. Além disso, também organizamos Grupos de Trabalho, com a participação de pessoas que voluntariamente manifestaram interesse em contribuir com este plano para tornar realidade a Natal de nossos sonhos,

um procedimento de consulta popular por meio de um portal da internet. A partir das contribuições que vieram dessas plenárias, dos Grupos de Trabalho e das propostas que chegaram a partir das mais de 300 contribuições por meio da plataforma Natal Merece Mais (natalmerecemais.com.br), a Coligação Natal Merece Mais elaborou este plano de governo.

Ao fim desse processo, entendemos que o plano de governo que tem o objetivo de garantir o desenvolvimento sustentável com combate às desigualdades em Natal precisa ser estruturado nos seguintes eixos:

- a) Natal merece direitos para todo o povo
- b) Natal merece uma gestão pública e serviços públicos mais modernos e transparentes
- c) Natal merece mais desenvolvimento sustentável
- d) Natal merece mais justiça socioambiental

2 | A NATAL QUE MERECEMOS

Para reverter o quadro no qual a nossa cidade se encontra, é preciso que Natal tenha uma gestão na prefeitura cujos principais compromissos sejam: a) criar políticas públicas, por meio de amplo processo de participação popular, que garantam acesso a direitos, sem qualquer discriminação, para todas as pessoas que vivem em Natal e que venham visitá-la, que revertam as desigualdades, combatam as discriminações e afirmem a cidadania; b) modernizar a prestação de serviços públicos para melhorar e agilizar o acesso a direitos; c) criar as condições para que Natal acelere o crescimento econômico e tenha empregos de qualidade, contribuir para uma maior diversificação da matriz produtiva de nossa cidade, incentivar atividades econômicas com menor emissão de carbono e atrair mais investimentos; d) construir políticas que garantam maior resiliência da cidade às mudanças climáticas e que Natal se torne exemplo de políticas que contribuam para a transição energética e para mitigar o processo de mudanças climáticas.

Esses compromissos devem ser os eixos orientadores da execução de políticas públicas cujo principal objetivo é o de melhorar a vida das trabalhadoras e dos trabalhadores da cidade. Esses eixos serão capazes de colocar a cidade de Natal no rumo do desenvolvimento sustentável com combate às desigualdades. Executar essa agenda de transformação da cidade baseada nas necessidades de nosso povo exige ampla participação popular no processo de deliberação, controle e execução das políticas para que essa agenda ganhe a legitimidade necessária para sua implementação. Além disso, para melhorar a vida de nosso povo, essa agenda precisa entregar serviços públicos de qualidade para garantir acesso a direitos. Por isso, será uma diretriz norteadora de todos esses eixos a combinação de participação popular com a entrega de serviços públicos.

O governo que executará este plano também terá como princípios a unicidade e a integração das políticas públicas; dessa forma, promoverá a colaboração intersetorial entre as diversas secretarias e órgãos municipais responsáveis pelas políticas públicas, assegurando que todas as ações e programas trabalhem de forma coordenada e complementar para assegurar cidadania às pessoas que vivem na nossa cidade e que vêm visitá-la. Com este plano, a gestão municipal resgatará o papel do município de coordenar, planejar, regular e promover políticas públicas que asseguram acesso a direitos e desenvolvimento.

Portanto, para construir a Natal que merecemos, o governo que executará este plano irá elaborar propostas, programas, projetos e ações de governo orientados pelas diretrizes e ações descritas nos seguintes eixos:



Natal merece direitos para todo o povo

PLANO DE GOVERNO DA COLIGAÇÃO NATAL MERECE MAIS

ELEIÇÃO: PREFEITURA DE NATAL EM 2024 | CANDIDATOS: NATÁLIA BONAVIDES E MILKLEI



EIXO 1 | Natal merece direitos para todo o povo

O principal objetivo de uma gestão da prefeitura deve ser garantir e estruturar uma rede de serviços públicos capaz de promover o bem-estar de todas as pessoas que vivem em nossa cidade e que vêm visitá-la. Por isso, este eixo do plano de governo é destinado a estabelecer as diretrizes necessárias para criar políticas públicas, por meio de amplo processo de participação popular, que garantam acesso a direitos, sem qualquer discriminação. As políticas serão direcionadas para todas as pessoas que vivem em Natal, revertendo desigualdades e combatendo discriminações, garantindo, assim, a plena cidadania para todo o povo.

Este eixo tem como meta garantir a qualidade de vida da população natalense. A partir dele, serão estabelecidas as diretrizes para políticas essenciais como saúde e educação, assegurando que todos tenham acesso a serviços de saúde de qualidade, educação inclusiva e de excelência, e programas de bem-estar social. A qualidade de vida é um direito fundamental, e nossas ações estarão focadas em proporcionar condições para que cada pessoa viva com dignidade.

A partir deste eixo, desenharemos políticas que ampliem o acesso a serviços médicos e hospitalares de qualidade, além de programas preventivos que promovam a saúde pública e de outros serviços de saúde. A meta é garantir que todos, independentemente de sua condição socioeconômica e, principalmente, do bairro onde moram, tenham acesso a tratamentos de saúde eficientes e humanizados. Também trabalharemos para oferecer uma educação pública de qualidade, com infraestrutura adequada, valorização dos profissionais da educação e programas que incentivem a permanência e o sucesso escolar. A formação integral do povo natalense é essencial para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e próspera.

Compreendemos que o pleno acesso à educação é mais do que garantia de aula e educação formal. A escola precisa ser vista como o principal equipamento social, cultural, esportivo e pedagógico de uma comunidade – é onde primeiro o poder público chega muitas vezes e onde conseguimos tratar as questões sociais de forma global.

Nesse sentido, acreditamos que é preciso um amplo processo de valorização da educação, com investimentos robustos, com vistas a tornar a escola o centro irradiador das diversas políticas públicas implementadas pelo município: é onde se vai estudar, brincar, acessar internet, praticar esportes, fazer uma reunião da associação comunitária, fazer um projeto de dança, teatro, uma horta comunitária, onde ocorrerá campanhas de conscientização, vacina. Tudo isso pensando que educação é mais do que conteúdos formais, é constituir-se cidadão e cidadã.

Natal é uma cidade marcada por profundas desigualdades, e é essencial que as políticas de combate a elas estejam no centro de nossas ações. Por isso, é preciso fortalecer políticas de assistência social que apoiem as populações mais vulneráveis, proporcionando acesso a serviços básicos, programas de geração de emprego e renda, e iniciativas que promovam a inclusão social.

Este eixo também norteará as políticas de direitos humanos, assegurando que todas as pessoas tenham seus direitos fundamentais respeitados e protegidos.

Promoveremos ações que combatam todas as formas de discriminação e violência, assegurando que Natal seja uma cidade inclusiva, onde todos possam viver com segurança e dignidade.

A participação popular será uma ferramenta essencial para a construção dessas políticas, garantindo

que as vozes da população sejam ouvidas e que as soluções sejam construídas de forma participativa. Juntos, trabalharemos para transformar Natal em uma cidade mais justa, digna e acolhedora para todos.

Os objetivos deste eixo são:

OBJETIVO 1 - Assegurar o acesso à Educação pública de qualidade.

Diretrizes e ações:

- Construir uma Educação pública, democrática, de qualidade e socialmente referenciada;
- Elaborar e executar programa de expansão da educação integral na rede municipal de ensino;
- Democratizar o acesso à educação e elaborar ações de permanência estudantil;
- Priorizar a educação de qualidade em tempo integral, com a construção de creches, incluindo horários estendidos para atender mães e pais que trabalham em horários diferenciados, ou em turnos de longa duração;
 - Garantir a universalização do acesso às creches por meio da ampliação das vagas por meio da finalização das obras inacabadas deixadas pelas gestões anteriores, da construção de novas unidades e de um plano emergencial de ampliação de vagas para que nenhuma criança esteja fora da creche desde os primeiros dias de governo;
 - Estabelecer um sistema transparente de demanda de creche;
 - Ampliar a oferta de turmas para jovens e adultos;
 - Instituir uma política de enfrentamento ao analfabetismo;
 - Constituir os Conselhos Escolares como estratégia de democratizar as decisões na área de educação e a fiscalização do cumprimento do Plano Municipal de Educação por meio da participação de todos os atores envolvidos no processo educativo;
 - Democratizar a gestão escolar por meio do fomento da participação dos pais, responsáveis e da comunidade nas decisões escolares, e do diálogo entre todos os atores das escolas;
 - Incentivar a organização estudantil nas escolas;
 - Promover a educação em direitos humanos e garantir que os currículos escolares se pautem pelas políticas afirmativas, pela educação antirracista e pela valorização da diversidade e da inclusão;
 - Fomentar o desenvolvimento de projetos que tratem sobre temas de relevância para a juventude, como educação ambiental e combate à violência, nas unidades escolares;
 - Transformar as unidades escolares para que sejam também espaços de convivência nos bairros em que estão localizadas, com serviços de cultura, lazer e esporte;
 - Construir plano para reduzir gradativamente os aluguéis dos prédios escolares e Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), buscando ter equipamentos próprios do município;
 - Retomar obras paralisadas pelas gestões anteriores, planejar e executar reformas nas escolas que necessitam de requalificação;
 - Ampliar o número de salas de aulas climatizadas nas escolas das redes municipais;
 - Garantir o livro didático e o fardamento escolar para os estudantes;
 - Assegurar que as escolas municipais tenham acesso à internet e que contem com computadores tanto para as atividades administrativas e pedagógicas, quanto para uso da comunidade;
 - Promover programa de letramento digital aos estudantes da rede municipal;

- Implementar ações intersetoriais, integrando educação, assistência social, saúde, esporte e lazer, buscando ampliar o trabalho das equipes multidisciplinares no ambiente escolar;
- Transformar os espaços das escolas em ambiente de preservação da memória dos bairros nos quais elas estejam localizadas;
- Valorizar as bibliotecas públicas como espaço social e cultural relevante: ampliar, garantir acervo diverso, digital e físico, com livros, mídias, imagens, além de infraestrutura de estudos coletivo e individual e uso tanto escolar como comunitário;
- Ampliar a frota de veículos de transporte escolar, reduzindo os aluguéis e garantindo o atendimento completo da demanda;
- Garantir alimentação escolar de qualidade, incluindo alimentos saudáveis, da agricultura familiar, bem como o incentivo à construção de hortas escolares e comunitárias nas dependências da rede de ensino;
- Garantir adequação das unidades de ensino e dos serviços de educação às necessidades das pessoas com deficiência;
- Promover e assegurar a ocorrência de reuniões pedagógicas com educadores e educadoras que discutam o desenvolvimento dos alunos coletiva e individualmente, constatando dificuldades e projetando planos para superá-las, inclusive com medidas de reforço escolar;
- Ampliar o atendimento de educação inclusiva para estudantes com deficiência, condições ou transtornos, garantindo contratação de pessoal especializado, além de melhoria da infraestrutura;
- Assegurar que 1/3 da jornada de trabalho das educadoras e dos educadores seja destinado a atividades extraclasse;
- Elaborar a política municipal de formação e valorização dos profissionais da educação com as seguintes diretrizes: a) mesa Permanente de Negociação; b) cumprimento de piso salarial; c) respeito à jornada; d) formação contínua.

OBJETIVO 2 - Universalizar o acesso à saúde de qualidade.

Diretrizes e ações:

- Construir políticas públicas para a saúde orientadas pelos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS);
- Executar políticas fundamentadas no conceito ampliado de Saúde, que inclui todas as condições necessárias para se ter uma boa saúde e uma vida plena, tais como: saneamento básico e ambiente saudável, moradia digna, trabalho salubre, renda compatível, transporte confortável, educação de qualidade, direito ao esporte, acesso à cultura, serviços urbanos eficazes, dentre outros bens coletivos;
- Fortalecimento da participação social na Saúde em parceria com o Conselho Municipal de Saúde, o envolvimento dos conselhos distritais e locais, o diálogo com as associações comunitárias, sindicatos profissionais e grupos organizados da sociedade que advogam pelo direito à saúde;
- Desenvolver relações federativas baseadas na cooperação e colaboração como condição para assegurar a integração das ações, tão necessárias à garantia do cuidado continuado às pessoas, nas redes de atenção;

- Construir pactos entre os entes federados, liderando a constituição do consórcio interfederativo setorial;
- Aprimorar a regionalização da Saúde no município com fortalecimento dos distritos sanitários e integração de ações intersetoriais nos distritos sanitários;
- Promover uma profunda transformação na Atenção Primária à Saúde (APS), com foco em assegurar a adequada distribuição de insumos, medicamentos e equipamentos;
- Garantir a integralidade entre a APS e a Atenção Especializada, de modo que a população seja encaminhada para consultas especializadas, além de aderir ao APS Potiguar e a todas as ofertas do Ministério da Saúde aos municípios;
- Desenvolver uma política de educação permanente para os trabalhadores da saúde;
- Executar uma política de informatização dos serviços e promoção da transformação digital nos serviços da APS com integração das informações sanitárias em prontuário único em todos os serviços da rede;
- Profissionalizar a gerência dos serviços de atenção básica com escolha qualificada de dirigentes locais, incremento da participação comunitária e educação permanente de gerentes e profissionais;
- Reestruturar os serviços de saúde bucal e da assistência farmacêutica, reconhecendo o caráter transversal dessas políticas e a necessidade de superação do caos generalizado que perdura ao longo das últimas gestões;
- Consolidar a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) de modo a promover a superação do modelo hospitalocêntrico do tratamento das questões de saúde mental;
- Desenvolver ações e serviços orientados a ampliar a capacidade funcional e desempenho das pessoas com deficiência, tendo como objetivo desenvolver potencialidades, talentos, habilidades e aptidões físicas, cognitivas, sensoriais, psicossociais, atitudinais, profissionais e artísticas que contribuam para a conquista da autonomia e participação social em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;
- Elaborar uma política municipal de atenção à saúde da pessoa idosa;
- Fortalecer as ações de saúde sexual e reprodutiva no município;
- Formular política de equidade em saúde, de modo a atender às especificidades de grupos sociais em vulnerabilidade socioeconômica, frente aos desafios para garantir o acesso e a permanência na saúde pública municipal por parte da população LGBTQIA+, indígena, quilombola, pescadores e ribeirinhos, povos ciganos, migrantes, refugiados e apátridas, formular política de equidade em saúde, de modo a atender às especificidades desses grupos;
- Incorporar de forma efetiva a estratégia da promoção da saúde em nível municipal, visando criar mecanismos que reduzam situações de vulnerabilidade socioeconômica e os riscos à saúde da população, privilegiando a redução dos agravos quanto às Doenças Crônicas e Raras;
- Promover a reestruturação da Atenção Especializada com o objetivo de assegurar a efetiva articulação dela com a APS e a sua organização em Rede e implementação em Linhas de Cuidado integradas com os serviços estaduais e federais;
- Reformular o atendimento pré-hospitalar móvel (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU - e Serviço de Transporte Sanitário - STS), além de realizar investimentos na infraestrutura do atendimento

pré-hospitalar fixo (Unidades de Pronto Atendimento - UPAS);

- Desenvolver política de pesquisa e inovação tecnológica com base nas necessidades do sistema municipal de saúde;
- Promover uma transformação digital no acesso à saúde pública municipal por meio da celebração de convênios e parcerias para garantir a criação de ferramentas que possibilitem a marcação on-line e transparência quanto às consultas, exames, cirurgias, leitos e demais procedimentos (regulação);
- Fortalecer e qualificar a cooperação com as Universidades e instituições de Ensino e Pesquisa com vistas a tornar o SUS municipal em um Sistema de Saúde Escola e incorporar saberes e tecnologias na qualificação dos serviços;
- Reorganizar a vigilância em saúde no município, potencializando ações integradas com o Ministério da Saúde, a Secretaria Estadual de Saúde Pública (SESAP), os municípios da região metropolitana, visando qualificar as ações de controle de riscos, doenças e agravos em todas as regiões da cidade.

OBJETIVO 3 - Fortalecer a política de Assistência Social.

Diretrizes e ações:

- Combater desigualdade e criar oportunidades para que a população em situação de miséria possa superar essa condição;
- Assegurar que a pasta de assistência seja coordenada por profissional com histórico na área;
- Expandir a presença do poder público nos bairros por meio da abertura de Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) onde há ausência de equipamentos de proteção social, considerando o índice populacional do território, de modo a garantir que todas as regiões do município sejam cobertas por uma rede socioassistencial eficaz;
- Ampliar o Serviço de Acolhimento Institucional;
- Criar o Serviço de Família Acolhedora;
- Garantir a melhoria da infraestrutura das Unidades de acolhimento de Criança e Adolescente, e das condições materiais para a realização do trabalho;
- Garantir os equipamentos necessários (tais como internet, celulares, materiais de expediente e computadores) para o funcionamento das unidades de assistência;
- Ampliar as formas de concessão de benefícios eventuais;
- Fortalecer e ampliar o Serviço de Situação de Calamidade e Emergência através da construção de um protocolo que esteja integrado aos serviços e benefícios socioassistenciais;
- Descentralizar os postos de cadastramento para o Cadastro Único para os bairros;
- Garantir a prestação de serviços e concessão de benefícios que considerem as diversidades socioculturais e identidades, viabilizando o acesso de grupos específicos, visando à sua proteção e ao seu protagonismo;
- Aprimorar a vigilância socioassistencial, com adoção sistemática do índice de proteção social e a construção de mapas de proteção e desproteção social;
- Respeitar e apoiar os espaços de participação e controle social, garantindo, assim, a gestão democrática da política de assistência social;
- Criar uma Ouvidoria no Sistema Único de Assistência Social;

- Fortalecer a atuação do Conselho Municipal de Assistência Social;
- Assegurar maior integração entre as políticas de assistência do município com as do sistema federal para operacionalizar o Sistema Único da Assistência Social (SUAS);
- Desenvolver uma política de capacitação permanente de servidores, conselheiros e de trabalhadores dos prestadores de serviço dos equipamentos de assistência;
- Estruturar a cobertura do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para atendimento em contraturno escolar.

OBJETIVO 4 - Institucionalizar a rede municipal de proteção aos Direitos Humanos e de grupos em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Diretrizes e ações:

- Assegurar a liberdade de grupos que necessitam de proteção específica e adotar políticas de reparação;
- Adotar uma governança que garanta a intersetorialidade da execução de políticas públicas do município, com a coordenação dos órgãos municipais responsáveis pela execução de políticas voltadas para a proteção específica de grupos em situação de vulnerabilidade socioeconômica;
- Valorizar a diversidade como forma de construir uma cidade democrática;
- Promover a afirmação de direitos humanos como política transversal a todas as políticas executadas pelo município;
- Combater todas as formas de preconceito, exclusão e segregação de pessoas e grupos;
- Instituir políticas, programas e ações intersetoriais de enfrentamento ao racismo, machismo, LGBTfobia, capacitismo, inclusive por meio de políticas de incentivo à empregabilidade dos grupos que sofrem essas violências;
- Combater a violência em todas as suas formas, inclusive as perpetradas por agentes do Estado;
- Fortalecer os mecanismos de proteção aos direitos de crianças e adolescentes;
- Combater a violência sexual contra crianças e adolescentes e estabelecer políticas de atendimento às vítimas desse tipo de violência de modo a tratar as consequências físicas e psicológicas;
- Fortalecer as estruturas e programas que contribuem para o enfrentamento do racismo;
- Garantir a liberdade religiosa e o respeito a todas as formas de religião, crença, culto ou fé;
- Criar uma Ouvidoria Geral Municipal de Direitos Humanos com a competência de receber, analisar e encaminhar as manifestações recebidas pela população relativas às violações de Direitos Humanos;
- Estabelecer um sistema de inteligência que sistematize dados sobre a situação da proteção de Direitos Humanos;
- Adotar programa de capacitação contínua a todos os servidores para garantir que o serviço público atenda às necessidades específicas de cada grupo em situação de vulnerabilidade socioeconômica e contribua para o combate à violência, ao preconceito, à exclusão e à segregação de pessoas e grupos;
- Promover atividades de educação em direitos humanos;
- Fortalecer a rede de atenção às pessoas com deficiência, inclusive com a criação de centros de reabilitação para essas pessoas;

- Adaptar a cidade e seus equipamentos e serviços para que eles sejam compatíveis às necessidades das pessoas com deficiência, com especial atenção à adequação das calçadas, dos serviços de turismo e dos sistemas de semaforização e de transporte público;

- Criar programas específicos de atenção à saúde da pessoa idosa e criar centros de lazer e convivência para essa população;

- Adaptar a cidade e seus equipamentos e serviços à pessoa obesa;

- Criar uma Política Municipal de atenção à população apátrida, refugiada e migrante com o objetivo de criar ferramentas de: a) combate à xenofobia; b) promoção de acesso a direitos sociais, econômicos e culturais; c) garantia de direito à documentação; d) fomento à convivência familiar e comunitária; e) instituição de um programa municipal de acolhimento aos refugiados, apátridas e migrantes;

- Constituir uma Comissão da Verdade, Memória e da Justiça no âmbito do município com a competência de recomendar um programa de Verdade, Memória e Justiça sobre o período de arbítrio da ditadura e de apoiar familiares de mortos e desaparecidos políticos a encontrar o paradeiro dos que sofreram a violência da ditadura;

- Instituir uma Política Municipal para a População em Situação de Rua com o objetivo de criar instrumentos para: a) implementar uma política de habitação de interesse social para essa população, a exemplo das políticas desenvolvidas com base no modelo “moradia primeiro”; b) ampliar os serviços socioassistenciais a

essa população; c) assegurar uma política de trabalho, emprego, renda, formação e educação para a população em situação de rua;

- Facilitar o acesso à documentação da população em situação de rua, com mutirões nos locais onde as pessoas estão, desburocratizando e facilitando o acesso a esse serviço de cidadania;

- Ampliar o atendimento de albergamento municipal e melhorar a estrutura já existente.

OBJETIVO 5 - Combater o racismo e estruturar uma prefeitura antirracista.

- Construir uma prefeitura antirracista com o compromisso da promoção da igualdade racial;

- Criar o Programa Municipal de Combate ao Racismo;

- Criar uma governança que garanta a participação de membros do governo e representantes da sociedade civil no monitoramento e da implementação e dos resultados das políticas para a população negra;

- Implementar o Plano Municipal de Saúde Integral da População Negra, garantindo acesso e tratamento adequado nas unidades de saúde;

- Desenvolver e implementar um Protocolo Antirracista Municipal para orientar todas as ações da administração pública, garantindo práticas antirracistas em todas as políticas e intervenções;

- Criar espaços culturais que valorizem e preservem a herança cultural africana, indígena e de outros povos tradicionais, como museus e centros culturais;

- Ampliar o apoio a eventos culturais que promovam as culturas de comunidades tradicionais;

- Propor a criação de espaços reservados aos povos e comunidades tradicionais de matrizes africanas e ameríndias com o objetivo de permitir que exerçam o livre direito ao culto e às manifestações ritualísticas,

com vistas a instituir, na praia do meio, um Largo Multicultural das tradições afroameríndias;

- Instituir programa de capacitação e formação continuada dos servidores municipais, especialmente os da segurança pública e os profissionais da educação, incluindo programa de combate ao racismo;

- Fomentar iniciativas nas escolas que contribuam para o cumprimento da obrigação estabelecida na Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, de inclusão no currículo oficial da Rede de Ensino da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”;

- Incentivar a criação de roteiros turísticos em pontos simbólicos da cultura afroaméríndia;

- Desenvolver programas de incentivo ao empreendedorismo negro e de comunidades tradicionais, com treinamentos, mentorias e facilitação no acesso ao crédito;

- Criar a Feira Étnico-Racial do Município de Natal;

- Promover a regularização pública das Unidades tradicionais e dos terreiros.

OBJETIVO 6 - Promover a igualdade de gênero e combater qualquer forma de violência contra a mulher.

Diretrizes e ações:

- Promover a proteção aos direitos das mulheres de modo a garantir o atendimento integral das mulheres a todas as políticas das quais elas necessitem;

- Garantir autonomia pessoal e econômica às mulheres;

- Assegurar que haja integração entre os serviços de educação, saúde, proteção social e segurança que atenda às necessidades especificidades das mulheres;

- Fomentar e apoiar iniciativas culturais que resgatem a memória, os saberes e fazeres das mulheres, valorizando a cultura popular e ressaltando a contribuição das mulheres de todas as gerações;

- Instituir programa de geração de emprego e renda específico para mulheres, com especial atenção à capacitação dessas mulheres em atividades que lhes garantam maior renda;

- Incentivar o acesso de mulheres às incubadoras, ao microcrédito e à assistência financeira, fortalecer os empreendimentos econômico-solidários, e apoiar a organização das trabalhadoras informais de modo a melhorar o acesso a direitos e a renda dessas trabalhadoras;

- Estruturar e ampliar a rede de acolhimento a mulheres em situação de violência;

- Fortalecer no município o Programa Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher em todas as fases de suas vidas, levando em conta a diversidade do universo feminino e respeitando o corpo e as decisões das mulheres;

- Garantir atendimento integral em saúde mental e saúde sexual e reprodutiva às mulheres;

- Garantir o planejamento reprodutivo e o acesso aos métodos contraceptivos, inclusive a contracepção de emergência, e ampliação da oferta de consultas e exames ginecológicos;

- Adotar ações visando reduzir a taxa de mortalidade materna no período de gravidez, parto e pós-parto, e enfrentar a violência obstétrica, com ações para capacitação de profissionais de saúde e de promoção de campanhas de informação para a população em geral;

- Estabelecer políticas de atendimento às vítimas de violência sexual de modo a tratar as consequências físicas e psicológicas;

- Combater o feminicídio e todas as demais formas de violência de gênero: física, psicológica, sexual, doméstica, patrimonial, familiar, laboral e política;

- Instituir protocolo de notificação de casos de violência psicológica e física contra as mulheres em todos os setores do município;
- Criar um protocolo para ser seguido por empresas (principalmente bares e restaurantes) e entidades públicas de acionamento emergencial da rede de proteção de mulheres em situação de violência;
- Integrar e potencializar o funcionamento dos serviços existentes em âmbito local, articulando-os com as redes nacional, estadual e regional, tais como prontos-socorros, polícias, guarda municipal, assistência social, sistema de justiça, unidades de saúde e rede hospitalar, institutos de perícia, casas de abrigo e outros equipamentos;
- Estabelecer parcerias com o governo federal para trazer serviços específicos para atendimento das mulheres, tais como a Casa da Mulher Brasileira;
- Garantir o acesso ao auxílio aluguel social às mulheres vítimas de violência doméstica e em situação de vulnerabilidade socioeconômica;
- Ter uma rede de saúde capacitada para fazer o primeiro acolhimento em caso de violência;
- Associar o município à campanha Brasil sem Misoginia, coordenada pelo Ministério das Mulheres;
- Fortalecer o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher;
- Criar um sistema de monitoramento das políticas executadas para as mulheres responsável pela elaboração de estatísticas periódicas sobre as mulheres atendidas pelas políticas públicas do município;
- Garantir que os bairros da cidade sejam cobertos pelos serviços e políticas para as mulheres.

OBJETIVO 7 - Assegurar acesso à moradia digna e segura.

Diretrizes e ações:

- Priorizar investimentos em equipamentos urbanos em locais da cidade com menor acesso;
- Promover ações de regularização fundiária;
- Combater o déficit habitacional por meio de uma política habitacional perene que tenha como principais focos a produção de unidades habitacionais para a população de baixa renda, a reforma e recuperação de moradias precárias com vistas à qualificação de imóveis, e a reabilitação de imóveis abandonados e subutilizados, por meio de empreiteiras ou de autogestão, em parceria com entidades, associações e sindicatos;
- Implementar políticas que garantam a execução da Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008, em Natal de modo a assegurar que pessoas de baixa renda tenham acesso à assistência técnica para projeto de habitação de interesse social;
- Priorizar a construção de novas habitações de interesse social em regiões com maior déficit habitacional e em locais com amplo acesso a equipamentos, e serviços urbanos e postos de trabalho;
- Criar programa de concessão de direito de uso a partir da reabilitação de imóveis públicos abandonados em áreas centrais;
- Implementar ações de monitoramento preventivo e recuperação de áreas em situação de risco;
- Desenvolver programa de realocação da população situada em áreas de risco ou de preservação ambiental que respeite o direito dessa população à vizinhança, à memória e à cidade;

- Fortalecer programa de urbanização e regularização de loteamentos irregulares;
- Mapear terrenos destinados à produção de habitação de interesse social;
- Aplicar os instrumentos previstos na Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para desestimular a ocorrência de imóveis que não cumpram a sua função social;
- Instituir comitê municipal de conflitos fundiários urbanos para mediar conflitos em torno de despejos, reintegração de posses e outras formas de remoções forçadas de moradores.

OBJETIVO 8 - Consolidar as políticas públicas de cultura e de preservação do patrimônio histórico da cidade.

Diretrizes e ações:

- Garantir a socialização dos bens culturais, a preservação do patrimônio histórico da cidade e a perenidade e a sustentabilidade da cadeia econômica da cultura em nossa cidade;
- Criar projetos que possibilitem a circulação e fruição de produtos artísticos de nossa cidade em todas as zonas e bairros;
- Criar uma política de reabertura, manutenção e ocupações dos espaços públicos da cultura já existentes na cidade;
- Incentivo à ocupação dos espaços públicos da cidade por iniciativas culturais;
- Fortalecer a Rede Municipal de Pontos de Cultura;
- Implantar programa de apoio e acesso a conteúdo digital amplo e diversificado em áreas periféricas da cidade;
- Criar corredor cultural da cidade, para fomento do turismo cultural;
- Valorizar os festejos populares e as diversas manifestações culturais, como batalhas de MCs, hip hop, rap, grupos de dança de K-pop, bois de reis e pastoril, garantindo-lhes locais de ensaio e apresentação, apoio logístico e infraestrutural, auxílio na divulgação e promoção, além de capacitação e formação;
- Adequar a infraestrutura física e tecnológica dos equipamentos culturais já existentes na cidade e aumentar o número desses equipamentos;
- Realizar o mapeamento sociocultural de cada bairro da cidade para conhecer as diferentes formas de expressão cultural e instituir um plano para incentivá-las;
- Apoiar as escolas de samba e grupos de quadrilhas existentes na cidade;
- Promover oficinas sobre a história das manifestações culturais nos equipamentos públicos de cultura e de ensino;
- Promover uma progressiva ampliação do número de editais públicos com a perspectiva de incentivo ao pequeno produtor cultural;
- Incorporar à política de qualificação de trabalhadores cursos sobre técnicas e práticas relacionadas à produção artística;
- Reativar e reestruturar os equipamentos de formação artística da cidade, como a Escola Municipal de Balé Roosevelt Pimenta a Escola Técnica de Teatro Carlos Nereu;
- Criar Centros de Cultura e Memória Popular nos bairros destinados preservar a memória e as tradições das comunidades nas quais estejam localizadas;

- Utilizar os espaços escolares, fora dos horários de aula, para o desenvolvimento de atividades culturais e de lazer;
- Investir na ampliação do número de bibliotecas municipais;
- Implantar ações afirmativas e cotas em ações, eventos e editais públicos de cultura, para garantir que a diversidade também se manifeste por meio da cultura;
- Revitalizar da Ribeira e da Cidade Alta, de modo a otimizar a infraestrutura instalada nesses bairros, e por meio da utilização de políticas de incentivo para ampliar o uso habitacional e o desenvolvimento do comércio, dos serviços e das atividades de lazer e cultura da região;
- Reabrir um cinema público ou sala de cinema em Natal.

OBJETIVO 9 - Democratizar e requalificar os espaços públicos e estruturar a cidade com equipamentos e espaços de lazer e para a prática de esporte.

Diretrizes e ações:

- Instituir uma política geral de uso, destinação e localização dos equipamentos e espaços desportivos e de lazer do município e da implantação de projetos para ocupação desses espaços;
- Valorizar a participação das comunidades e a diversidade de manifestações esportivas e de lazer presentes na cidade;
- Ampliar a oferta de espaços e de oportunidades de esporte, de lazer e de descanso na cidade, e requalificar os já existentes;
- Integrar as políticas de esporte, lazer e cultura com políticas educacionais e de saúde;
- Descentralizar os equipamentos de práticas esportivas para que eles também sirvam como instrumentos de desenvolvimento local;
- Apoiar a realização de eventos de competição de jogos eletrônicos (games) para contribuir com o desenvolvimento do cenário de esportes eletrônicos (e-sports) na cidade;
- Elaborar plano por bairro, especialmente em regiões da periferia da cidade, com auxílio dos conselhos de moradores, para implementar infraestrutura e equipamentos públicos em todas as regiões da cidade, para requalificar e estimular o uso dos espaços públicos já existentes e para definir as prioridades das intervenções urbanas em cada localidade;
- Transformar os equipamentos de lazer e de descanso da cidade em espaços de resfriamento para que os cidadãos possam utilizá-los para aumentar o conforto térmico, como estratégia de promover a adaptação da cidade às mudanças climáticas;
- Fomentar o uso do rio Potengi e de sua orla para atividades de lazer e esporte;
- Implementar um programa de iluminação pública eficiente e sustentável, com o objetivo de ampliar o serviço de iluminação pública e substituir os atuais equipamentos de iluminação por lâmpadas de LED;
- Reforçar a zeladoria da cidade para garantir espaços urbanos limpos e bem cuidados, principalmente com a adoção de um sistema moderno de monitoramento da situação dos equipamentos públicos da cidade para assegurar a execução continuada de ações de manutenção e recuperação das ruas e dos equipamentos públicos em todas as regiões da cidade;
- Construção de equipamentos higiênicos sanitários na cidade (banheiros, lavanderias, etc.).

OBJETIVO 10 - Estruturar o sistema de mobilidade urbana na cidade.

Diretrizes e ações:

- Priorizar o transporte coletivo em relação ao individual, e dar primazia aos pedestres;
- Transformar o transporte público em Natal em um instrumento que permita o acesso aos mais variados equipamentos públicos e ao exercício de direitos;
- Articular todos os meios coletivos de transporte em uma rede única, de alcance metropolitano, integrada física, tarifária e operacionalmente;
- Criar a infraestrutura para contemplar a necessidade dos que se utilizam, simultaneamente, da mobilidade ativa e de outros meios de transporte, como o rodoviário e o metroviário, e instalando instrumentos de suportes para bicicletas e demais necessidades dos usuários;
- Institucionalizar um sistema de planejamento permanente da rede de transporte público e de mobilidade da cidade, e revisar o Plano Municipal de Mobilidade Urbana;
- Reordenar a secretaria competente para gerir o sistema de mobilidade da cidade de modo a adequá-la à Política Nacional de Mobilidade Urbana;
- Adequar a rede de transporte público ao planejamento do desenvolvimento urbano;
- Tornar a administração pública municipal a efetiva gestora do serviço de transporte, garantindo amplo acesso ao serviço e fomentando a mobilidade ativa na cidade;
- Instituir um sistema que integre a mobilidade de Natal à sua região metropolitana;
- Criar um sistema de organização do transporte público baseado em: a) sistema unificado de bilhetagem e tarifação; b) reordenamento e integração do sistema de transporte coletivo urbano e metropolitano; c) capilarização intermodal com apoio de bicicletários;
- Ampliar gradativamente as hipóteses de gratuidade no transporte público com o objetivo de implantar o Programa Tarifa Zero na cidade;
- Priorizar a instituição de linhas que sirvam às populações que residem nas regiões periféricas da cidade;
- Ampliar as faixas de ônibus e priorizar a segurança viária para ciclistas, implantando ciclovias nas principais vias da cidade;
- Incentivar a implantação de uma frota de energia renovável no transporte público e modos de transporte mais sustentáveis;
- Investir em transportes públicos de baixa emissão de carbono, priorizando a eficiência e a cobertura de ônibus sustentáveis e ambientados ao clima local;
- Promover amplo programa de reabilitação dos pontos de ônibus de modo a torná-los mais confortáveis para os usuários do transporte público e mais fáceis de localizar e identificar;
- Criar política de melhoria das condições de trabalho para os trabalhadores e trabalhadoras do transporte público, com vistas a evitar sobrecargas e problemas de saúde laborais;
- Instituir um Plano de Logística e Carga com vistas a organizar o trânsito da cidade e melhorar a infraestrutura necessária para permitir o desenvolvimento econômico da cidade;
- Tornar viável o aumento do uso de bicicleta como meio de transporte, com esse intuito, verificar a viabilidade de instituir um sistema de compartilhamento de bicicletas com integração física e tarifária ao

sistema de transporte público da cidade e criar zonas demarcadas para uso alternativo de equipamentos sustentáveis de mobilidade individual motorizados (autopropelidos), tal como patinetes elétricos, skates, monociclos;

- Liderar a articulação de requalificação do sistema ferroviário, a inserção de veículo leve sobre trilhos (VLT) em áreas de maior demanda.

OBJETIVO 11 - Construir política de segurança pública cidadã e baseada em evidências.

Diretrizes e ações:

- Implementar o Projeto Segurança Inteligente, que visa minimizar os riscos à segurança das pessoas e patrimônios nos locais de maiores incidências criminais, com o estabelecimento de programa de Segurança Contínua, supervisionada por um Conselho da Guarda Municipal e por um Conselho dos Moradores e Lojistas dos locais especificados, com os seguintes objetivos: a) intensificação dos patrulhamentos preventivos motorizados e a pé nos pontos sensíveis da cidade; b) introdução de Bases Móveis da Guarda Municipal, que realizarão estacionamento em locais considerados críticos; c) otimização do monitoramento eletrônico inteligente, especialmente nas vias de entrada e saída da cidade; d) investimento no serviço de inteligência e estatística da Guarda Municipal;

- Ampliar e aprimorar o programa da Patrulha Maria da Penha (Lei municipal nº 461/2017) para assegurar assistência e proteção às vítimas de violência doméstica (mulheres, crianças, pessoa idosa, etc.);

- Elaborar, a partir de sistema em que as pessoas possam reportar, com garantia de anonimidade caso desejem, onde foram vitimadas pela criminalidade e qual o tipo desta, a fim de orientar políticas de prevenção, concentrando ações e serviços públicos inibidores da violência (como, por ex., políticas de iluminação, espaços e equipamentos públicos abertos);

- Instituir programa municipal de combate à receptação de celulares que utilize o código de Identificação Internacional de Equipamento Móvel (IMEI) dos celulares em ações de fiscalização de lojas para localizar celulares furtados e roubados, inspirado no exitoso modelo do governo do Piauí;

- Promover pesquisas sobre a violência na cidade;

- Realizar mapeamento da violência e da criminalidade da cidade para orientar a execução de políticas de prevenção;

- Revitalizar o espaço urbano com transformação das áreas inseguras em áreas de lazer e cultura;

- Estruturar, efetivamente e com participação cidadã, o Conselho Municipal de Segurança Pública e o Fundo Municipal de Segurança;

- Instituir programa de prevenção à violência e à criminalidade nos bairros, com foco nos espaços mais vulneráveis da cidade, com as seguintes diretrizes: a) a criação de espaços de convivência; b) a garantia de equipamentos públicos relacionados a acesso à cidadania e direitos; c) a abertura de escolas aos finais de semana para atividades culturais, esportivas e de lazer; c) parceria com os governos federal e estadual para executar programas de prevenção à violência, em diálogo com as ações do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI);

- Liderar a articulação para instituir o Fórum Metropolitano de Segurança Pública;

- Executar política de zeladoria que incentive o surgimento de mais locais de convivência;

- Criar um Plano Municipal de Segurança Pública Cidadã Baseado em Evidência com ampla participação

popular e com as seguintes diretrizes: a) adoção de ações de prevenção à violência; b) promoção da cultura de paz e de respeito aos Direitos Humanos; c) atuação comunitária das forças de segurança;

- Investir no processo de formação humanística contínua da Guarda Municipal, para funcionar como mediadora de conflitos comunitários, em parceria formativa com o poder judiciário;

- Assegurar o acompanhamento psicológico aos servidores e às servidoras da segurança pública municipais;

- Promover política de valorização dos trabalhadores que integram a Guarda Municipal com as seguintes diretrizes: a) estabelecimento de mesa de negociação para melhorar as condições de trabalho; b) garantia de equipamentos necessários para o trabalho; c) cumprimento do dever de atualização anual dos salários; d) combate ao assédio a esses trabalhadores;

- Capacitar a Guarda Municipal com formação antirracista, anti-LGBTfóbica, anti-aporofóbicas e de proteção ao meio ambiente;

- Implantar a Ronda Cidadã de patrulhamento preventivo;

- Organizar um controle externo da Guarda Municipal, com participação popular, com ênfase na evitação de ações discriminatórias e de uso da força;

- Criar um órgão de controle, fiscalização e de garantia da eficiência da guarda municipal e dos agentes de trânsito;

- Articular a criação de um Comitê de Segurança no município de Natal, composto por representantes da guarda municipal e das demais forças de segurança pública organizada pelos demais entes federativos (Polícias Militar, Civil e Federal), da prefeitura, do governo do Estado, e da sociedade civil, com a competência de compartilhar informações e planejar a segurança integrada na capital do estado.

OBJETIVO 12 - Assegurar o desenvolvimento urbano da cidade por meio do planejamento.

Diretrizes e ações:

- Fortalecer o processo participativo no planejamento e desenvolvimento urbano;

- Descentralizar as decisões relativas ao planejamento urbano;

- Montar uma governança que garanta o planejamento integrado da cidade;

- Cumprir os princípios estabelecidos na Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), e em especial o da função social da cidade e da propriedade.

- Assegurar que o Plano Diretor seja um instrumento de planejamento e gestão da cidade com vistas a garantir que os equipamentos urbanos, os serviços públicos e a cidade sejam acessíveis a todos;

- Reduzir o tempo e a necessidade de deslocamento na cidade por meio de ações de planejamento do transporte público e de criação de novas centralidades urbanas por meio da implantação de polos coletivos de serviços urbanos em todos os bairros da cidade;

- Criar um plano de desenvolvimento integrado para cada zona da cidade, com especial atenção àquelas que têm déficit na oferta de serviços e equipamentos urbanos, como as zonas norte e oeste, para promover o desenvolvimento dos bairros de cada região da cidade, em especial das periferias;

- Qualificar e ampliar os espaços públicos da cidade e assegurar que haja a diversificação do uso dessas áreas;

- Elaborar planos e projetos urbanos para reestruturar áreas deterioradas e subutilizadas da cidade;

- Regularizar, urbanizar e qualificar loteamentos irregulares;
- Promover a Regularização Fundiária Urbana por meio de lei específica para núcleos urbanos informais em situações de risco especial com propostas de intervenções para a prevenção e controle de riscos, recuperação de áreas degradadas, melhoria das condições de sustentabilidade e da habitabilidade;
- Regularizar todas as Zonas de Proteção Ambiental e as Zonas de Especial Interesse Turístico da cidade;
- Elaborar uma política de intervenção nas Áreas Especiais de Interesse Social com vistas a garantir uma estrutura de gestão que impulse a regulamentação desses locais, e que a assegure às populações que nelas vivem o acesso a direitos por meio de serviços e equipamentos coletivos;
- Promover cooperação internacional com outras cidades para compartilhar experiências exitosas de planejamento urbano que deram certo ao redor do mundo, principalmente entre cidades de países da periferia do capitalismo.



Natal merece uma gestão pública e serviços públicos mais modernos e transparentes

PLANO DE GOVERNO DA COLIGAÇÃO NATAL MERECE MAIS

ELEIÇÃO: PREFEITURA DE NATAL EM 2024 | CANDIDATOS: NATÁLIA BONAVIDES E MILKLEI



EIXO 2 | Natal merece uma gestão pública e serviços públicos mais modernos e transparentes

Ter serviços públicos de qualidade em nossa cidade depende da organização da estrutura da gestão e da valorização dos servidores que prestam o serviço à população.

A sucessão de gestões municipais comprometidas com um projeto de atraso construiu uma estrutura administrativa com pouquíssima capacidade de inovação e que inibe a capacidade dos servidores que dedicam suas vidas a prestar serviços à nossa população.

Por isso, um plano de governo comprometido com entregar à nossa cidade serviços à altura do que nosso povo merece e necessita precisa ter como uma de suas metas modernizar a prestação de serviços públicos para melhorar e agilizar o acesso a direitos.

Esse processo de modernização dos serviços públicos de nossa cidade deve ter os seguintes pilares fundamentais: transparência, participação popular e uso de tecnologia.

A participação popular permite que as pessoas contribuam diretamente na tomada de decisões que afetam as suas vidas, também é garantida maior legitimidade e efetividade das políticas executadas pela gestão. Vale lembrar que, na medida em que as cidadãs e cidadãos municipais estão diretamente envolvidos nos processos decisórios, também há a concretização de uma gestão com maior transparência. Ao contrário desse mandamento de transparência na gestão da coisa pública, os governos municipais anteriores optaram por uma política que traz mais opacidade à gestão municipal, afinal, nossa capital passou a ocupar o 20º lugar no ranking de transparência e governança pública¹.

Além disso, com vistas a democratizar a gestão municipal, é fundamental promover a adesão real a um Orçamento Participativo e o fortalecimento dos conselhos de direitos. A transparência é essencial para que a população possa acompanhar e fiscalizar as ações do governo, garantindo que os recursos sejam aplicados de forma correta e eficiente, e que seja possível verificar se as ações da prefeitura estão cumprindo os objetivos escolhidos pelo povo. Por sua vez, a participação popular fortalece a democracia, permitindo que os cidadãos contribuam diretamente na tomada de decisões que afetam suas vidas, o que garante maior legitimidade das políticas executadas pela gestão. Assim, a partir da efetiva participação popular, transparência e gestão democrática, é possível planejar estrategicamente a superação dos desafios da realidade local.

Os serviços públicos de Natal carecem de uma verdadeira transformação digital, de modo que sejam aproveitadas as tecnologias disponíveis e estimulada a criação de ferramentas que respondam às necessidades do povo que vive em Natal. A tecnologia é uma aliada indispensável para otimizar processos, reduzir burocracias e ampliar o acesso aos serviços públicos, tornando-os mais rápidos e eficientes. Em paralelo ao uso de tecnologia, é preciso assegurar que as pessoas tenham acesso a meios de utilizar essas tecnologias e que alternativas analógicas continuem disponíveis para quem optar por não as utilizar ou não tiver como fazê-lo.

A valorização dos servidores é outro ponto crucial, pois profissionais motivados e bem-preparados são fundamentais para a implementação de uma gestão moderna e transparente e para que haja a prestação

¹ Disponível em <Natal fica em 20º lugar em ranking de nível de transparência entre as capitais - Portal 98 FM Natal>.

de serviços públicos eficientes. Além disso, o setor público é o que mais emprega em nosso município; por isso, ter servidores com a renda preservada tem um forte impacto sobre a economia local, contribuindo para a circulação de bens e serviços e, em última instância, para a arrecadação.

As gestões municipais que estiveram à frente da prefeitura nos últimos anos caminharam em sentido contrário ao da valorização dos servidores. Esses trabalhadores relatam assédios e perseguições; o desrespeito ao cumprimento da data-base; a omissão da gestão municipal quanto à implantação de ofício das gratificações e ao pagamento dos quinquênios.

Em adição a isso, as últimas gestões municipais têm optado por processos seletivos simplificados e contratualizações com cooperativas. A exemplo da saúde, o último concurso público da área foi realizado em 2018, estando vigente até setembro de 2024; mesmo em plena vigência e com demanda para novas contratações, a Prefeitura de Natal não objetivou a substituição de contratos temporários por servidores efetivos no quadro da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Natal.

Natal também precisa de uma estrutura administrativa que potencialize a inovação e que assegure uma boa prestação de serviços. Isso implica na criação de mecanismos que permitam a constante atualização e o aprimoramento dos processos administrativos, bem como na capacitação contínua dos servidores. Um governo moderno deve ser capaz de adaptar-se às novas demandas da sociedade e usar as mudanças tecnológicas a favor da prestação de serviços de qualidade e eficientes. Além disso, a busca pela justiça social e desenvolvimento sustentável deve estar no centro de todas as ações governamentais, com a estrutura administrativa refletindo esse compromisso e fornecendo todos os instrumentos necessários para que ela seja alcançada.

Aproximar a gestão municipal da realidade local e dos cidadãos é uma das principais metas deste plano de governo, que se propõe a descentralizar as decisões e levar a administração pública para mais perto da população. Iniciativas que promovam a descentralização administrativa, permitindo que decisões importantes sejam tomadas nos bairros e comunidades, são fundamentais para que a gestão municipal possa responder de forma mais ágil e eficiente às necessidades locais. Este movimento não apenas fortalece a democracia, mas também assegura que as políticas públicas sejam mais adequadas às realidades específicas de cada região da cidade.

É imprescindível buscar a autonomia financeira do município, fugindo da atual realidade que depende fundamentalmente de repasses da União e do Estado. Além disso, é inadmissível o grau atual de dependência das políticas municipais das emendas parlamentares da bancada do Rio Grande do Norte no Congresso Nacional. Afinal, é preciso que os programas da prefeitura sejam perenes e que a prefeitura e o povo natalense tenham autonomia para deliberar sobre a execução desses programas e sobre as prioridades do município. Com vistas a reduzir as dívidas municipais e captar recursos, é preciso renegociar contratos vigentes e assegurar a cooperação e colaboração como pressupostos das relações federativas.

Por fim, a ampliação da participação popular nas decisões administrativas é fundamental para que essas decisões saiam dos gabinetes e cheguem às ruas e bairros de Natal, assegurando que as políticas públicas sejam mais inclusivas e atendam verdadeiramente às necessidades das pessoas que moram em Natal e que vêm visitá-la.

Os objetivos deste eixo são:

OBJETIVO 1 - Assegurar a participação popular, descentralizar a tomada de decisão e a execução de políticas públicas, e aumentar a transparência.

Diretrizes e ações:

- Utilizar a participação popular como um dos pilares da administração pública;
- Instituir uma política municipal de participação popular para regulamentar os mecanismos de consulta pública na administração municipal;
- Adotar novos e fortalecer os mecanismos participativos existentes e reativar os que foram inviabilizados pelas gestões anteriores;
- Democratizar a gestão municipal por meio da reestruturação de um programa robusto de Orçamento Participativo que assegure a executabilidade das decisões tomadas no processo participativo de construção do orçamento e a gradativa ampliação da parcela do orçamento controlado por esse processo;
- Instituir um programa de conselhos populares cuja principal atribuição será promover o protagonismo popular na gestão pública por meio de reuniões abertas e consultas populares sobre os principais temas da cidade;
- Fortalecer os conselhos de direitos, estimulando a participação da população;
- Assegurar a observância das deliberações feitas em assembleias, conferências e demais instrumentos participativos;
- Estruturar ferramenta de descentralização da execução de políticas públicas no município de modo a garantir que as regiões administrativas contem com meio de promover atendimento público, registro de pedidos e reclamações da população e de buscar a solução dos problemas apontados;
- Reformular o procedimento de solicitação e prestação informações atualizadas de interesse pessoal para os cidadãos e as de interesse público para a população em geral;
- Fomentar a proposição de estratégias, por parte dos servidores públicos e da população de modo geral;
- Garantir ampla publicidade à prestação de contas da gestão municipal, de acordo com as disposições da Lei de Acesso à Informação (LAI);
- Implementar cronograma de prestação de contas de cada secretaria, por meio de audiências públicas e de plenárias nos bairros da cidade;
- Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos pela LAI quanto à prestação de informações em resposta aos pedidos de acesso à informação;
- Ampliar a capacidade de intervenção da Controladoria Geral do Município, visando ações pedagógicas, para além do combate à corrupção e a promoção da transparência, especialmente por meio do uso de mecanismos de inteligência nas ações da controladoria;
- Reestruturar a Ouvidoria Geral do Município tornando-a um órgão seguro para protocolo de denúncias, e efetivo para tratamento da resolução dos casos;
- Combater e prevenir a corrupção para garantir que a aplicação de recursos públicos e a prestação de serviços se deem orientados pelos interesses coletivos e pelo objetivo de melhorar a vida do povo;
- Criar uma coordenadoria de Cooperação Técnica para facilitar a troca de experiências e a cooperação com outras administrações em nível nacional e internacional.

OBJETIVO 2 - Promover uma transformação digital da administração municipal para melhorar a prestação dos serviços públicos.

Diretrizes e ações

- Realizar parceria com instituições de ensino superior para adotar programa de residência tecnológica para o desenvolvimento de ferramentas e inovações que atendam às necessidades da Administração Pública e dos usuários e das usuárias de serviços públicos;
- Incentivar à implementação de práticas inovadoras na administração pública municipal;
- Inserir Natal na Estratégia Nacional de Governo Digital (ENGD), presente no plano de industrialização do governo federal, para assegurar a ampliação dos serviços digitais na prefeitura;
- Criar uma comissão de transformação digital da administração pública municipal, devendo ser associada ao Gabinete da Prefeitura e ser responsável por identificar experiências exitosas, implementar e estimular práticas inovadoras na gestão pública;
- Adotar o melhor padrão de sistema informatizado para a gestão de processos e procedimentos administrativos e de documentos eletrônicos;
- Remodelar os sítios eletrônicos relativos aos órgãos e serviços públicos municipais;
- Estruturar programa de modernização continuada da administração pública municipal com foco na melhoria da prestação de serviços públicos e do atendimento à população;
- Capacitar os servidores públicos sobre o uso de ferramentas digitais na prestação de serviços;
- Estruturar as unidades de prestação de serviço público com equipamentos necessários para a digitalização do serviço público, como tablets e computadores;
- Garantir acesso à internet nas unidades de prestação de serviço público;
- Consolidar uma base única dos dados do município para facilitar o acesso às informações públicas e a serviços públicos, nos moldes do executado pelo governo federal por meio do acesso gov.br;
- Utilizar ferramentas digitais para potencializar os mecanismos de consulta popular;
- Adotar licenças livres nos documentos e publicações do município;
- Adotar política de incentivo ao uso de softwares livres no serviço público municipal;
- Investir no uso de tecnologia de informação na gestão pública para aproveitar as potencialidades geradas por dispositivos móveis (como para mapeamento, gerenciamento da cidade em tempo real e facilitação de acesso à informação);
- Ampliar o acesso a serviços pela modalidade digital;
- Assegurar que o fornecimento de serviço público por meios digitais não irá acabar com a opção presencial para aqueles cidadãos que preferam ou necessitem dessa modalidade de serviço;
- Criar pontos de apoio a serviços digitais para aqueles cidadãos que precisem de auxílio para acessar ferramentas digitais da prefeitura;
- Estruturar programa de universalização de acesso à rede sem fio de internet em áreas públicas.

OBJETIVO 3 - Realizar planejamento orçamentário e financeiro do município.

Diretrizes e ações

- Realizar auditoria dos contratos vigentes e identificar quais estão aptos à renegociação e quais são custos desnecessários, com o objetivo de qualificar a prestação de serviços e de tomar mais eficiente o uso

dos recursos públicos;

- Elaborar programas de transição energética e de telefonia, de modo que haja a adesão progressiva de formas alternativas e mais baratas de compra e distribuição de energia elétrica e de prestação dos serviços de telefonia na administração pública;

- Negociar a transferência de serviços públicos que funcionam em imóveis privados para imóveis públicos municipais, estaduais ou federais;

- Institucionalizar comissão de controle de qualidade das compras públicas, proporcionando a avaliação técnica da qualidade dos insumos, materiais e equipamentos adquiridos nos procedimentos licitatórios;

- Otimizar o acompanhamento da manutenção da infraestrutura dos imóveis onde funcionam serviços públicos;

- Adotar políticas (ver eixo 3) que incentivem a atividade econômica no município e, assim, aumentem a sua capacidade arrecadatória;

- Combater injustiça tributária, assegurando verdadeiramente a progressividade do sistema tributário municipal;

- Negociar junto ao Governo Federal a ampliação dos recursos públicos destinados para o município, além de atuar articuladamente com o governo estadual e parlamentares estaduais e federais, visando à qualificação das ações da gestão municipal;

- Basear as relações federativas na cooperação e colaboração como condição para assegurar a integração das políticas públicas municipais;

- Firmar um consórcio interfederativo da região metropolitana, melhorando a oferta de serviços públicos e reduzindo os ônus que recaem sobre o município de Natal;

- Realizar planejamento orçamentário e financeiro com vistas a desenvolver um cronograma de redução das dívidas municipais, como também estratégias de captação de recursos e viabilização de parcerias para otimizar os recursos disponíveis e melhorar o desempenho na gestão das ações e serviços públicos.

OBJETIVO 4 - Capacitar e valorizar os servidores públicos municipais para melhorar a prestação do serviço público.

Diretrizes e ações

- Instituir programa de capacitação permanente para os servidores públicos, proporcionando inclusive a participação em atividades promovidas por outros órgãos e entes federados;

- Realizar um levantamento sobre o número de vagas ociosas no serviço público e sobre as necessidades de novas contratações de pessoal para estruturar um plano de recomposição da força de trabalho dos servidores públicos municipais, por meio da realização de concursos para provimentos de vagas;

- Modernizar o modelo de realização de concursos públicos, de modo que, a partir da identificação da necessidade concreta do município, será analisada a possibilidade de realizar um concurso unificado municipal;

- Instalar e manter ativa mesas de negociação que promovam o efetivo diálogo entre a gestão

municipal, sindicatos e servidores públicos, para negociar pautas salariais e não salariais;

- Realizar estudos de impacto orçamentário e financeiro que assegurem a atualização anual dos vencimentos dos servidores (data-base), analisem as propostas de criação de novos Planos de Cargos, Carreiras e Salários e a reestruturação dos já existentes;

- Desenvolver um cronograma de implementação de gratificações, quinquênios e demais direitos dos servidores;

- Estruturar uma governança descentralizada de recursos humanos que facilite o acesso de servidores a informações importantes sobre suas carreiras, como regras sobre progressão, e que agilize os procedimentos administrativos necessários para o desenvolvimento da carreira dos servidores, evitando, assim, que os servidores precisem buscar o judiciário para terem seus direitos funcionais respeitados e reduzindo os gastos da prefeitura com custas sucumbenciais em ações judiciais repetitivas;

- Estruturar um canal específico de denúncias formalizadas por servidores públicos na composição da Ouvidoria Geral do Município, com o intuito de combater efetivamente casos de assédio e demais episódios vinculados às atividades da administração pública;

- Criar um programa de combate ao assédio moral;

- Reestruturar o setor de atenção à saúde do servidor, articulando-o com o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador.

OBJETIVO 5 - Institucionalizar iniciativas que promovam justiça social.

Diretrizes e ações

- Criar uma coordenação responsável por monitorar o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) pelo município;

- Instituir um programa de cotas para a ser aplicado pelas empresas com contratos com o poder público para incentivar a empregabilidade de grupos em vulnerabilidade socioeconômica;

- Estruturar política de contratação de mão-de-obra da população em situação de rua nas atividades que sejam realizadas por empresas terceirizadas contratadas pela prefeitura;

- Instituir um Programa de Democratização dos Imóveis de Natal responsável por fazer um levantamento de imóveis públicos pertencentes ao município que estejam próprios para destinação para uso social;

- Assegurar que o orçamento em políticas sociais seja compatível com a demanda da população;

- Utilizar o poder de compra do município para estimular atividades econômicas que induzam o desenvolvimento sustentável e a geração de empregos;

- Instituir a obrigatoriedade de que percentual do orçamento de pastas estratégicas, como saúde, educação, assistência social, segurança e trabalho, seja executado para a execução de políticas específicas para as mulheres.

OBJETIVO 6 - Consolidar a cooperação interfederativa da região metropolitana.

Diretrizes e ações

- Estruturar e participar da governança de cooperação interfederativa da região metropolitana;

- Articular a ativação do Conselho de Desenvolvimento Metropolitano;
- Propor a criação e implantação do Fórum de prefeitos da Região Metropolitana de Natal;
- Criar um escritório de projetos, em parceria com instituições de pesquisa e ensino, a serem compartilhados pelos municípios da região metropolitana;
- Adotar a estratégia de formação de consórcios na região metropolitana para coordenar os esforços na solução de problemas;
- Articular a proposição de um plano diretor para a região metropolitana.



Natal merece mais desenvolvimento sustentável

PLANO DE GOVERNO DA COLIGAÇÃO NATAL MERECE MAIS

ELEIÇÃO: PREFEITURA DE NATAL EM 2024 | CANDIDATOS: NATÁLIA BONAVIDES E MILKLEI



EIXO 3 | Natal merece mais desenvolvimento sustentável

Natal merece uma gestão municipal que reconheça a sua responsabilidade no planejamento da estrutura produtiva de nossa cidade e que se comprometa com a tarefa de aproveitar as oportunidades abertas pelo atual mandato do Presidente Lula para assegurar o desenvolvimento econômico sustentável de nossa cidade. A cidade precisa de uma gestão que aproveite os programas do governo federal que executam as agendas de reindustrialização, de retomada do crescimento, de combate às desigualdades, de ampliação dos postos de trabalho e da transição energética e que potencialize seus resultados aqui em nossa cidade. Sem ela, nossa capital não enfrentará os principais desafios provocados pelo subdesenvolvimento, pela dependência e pelo processo de mudanças climáticas.

Por isso, deve ser uma tarefa da prefeitura orientada por este plano de governo criar as condições para que nossa capital acelere o crescimento econômico e tenha empregos de qualidade, construir uma maior diversificação da matriz produtiva de nossa cidade, incentivar atividades econômicas com menor emissão de carbono e atrair mais investimentos. E isso deve ser feito por meio de uma política que contribua para aproveitar as potencialidades de nosso povo, qualificando os serviços já prestados e buscando atrair novos, e promovendo ações que incentivem a inovação e o desenvolvimento de novas tecnologias.

Enquanto várias capitais da região têm crescido, nossa cidade, em um caminho completamente diferente: vive um ciclo prolongado de desaceleração do crescimento econômico. Esse dado é reflexo de uma sucessão de gestões que não assumem o menor compromisso em planejar a economia da cidade, tampouco com a diversificação da sua matriz produtiva. Até mesmo os setores para os quais temos maiores vantagens competitivas, como o de turismo e o de comércio e serviço, sofrem o impacto de nossa cidade não ter um plano de desenvolvimento econômico.

Nos últimos anos, a atividade do setor privado que mais emprega e que mais contribui para o PIB e para a arrecadação do município, a de comércio e serviços, tem tido resultados preocupantes como os de desaceleração do crescimento, da redução da capacidade de remuneração dos trabalhadores e da crise do comércio em bairros como Alecrim e Cidade Alta, que concentravam até pouco tempo atrás uma significativa parcela do comércio local. No turismo, vemos nossas orlas abandonadas, deixadas sem investimentos consistentes que retornem às comunidades, a falta de opções culturais gratuitas ou de baixo custo, e a atuação da gestão municipal de piorar a cidade para quem nela vive.

Esse quadro tem gerado como resultado, além da evidente queda do crescimento, a criação de vagas de empregos com alta rotatividade e que pagam muito menos do que os trabalhadores e trabalhadoras precisam para sobreviver. Essa situação precisa ser modificada. Para isso, a gestão municipal deve contribuir não apenas para o crescimento dos setores que já predominam na economia local, mas também para desenvolver aqueles que podem gerar e distribuir mais renda e que criam empregos com maior duração e com maior remuneração. Sem a execução de um plano econômico para Natal e sem uma gestão municipal que cumpra sua função de indutor do desenvolvimento, a tendência será de reprodução do atual quadro e de intensificação dos fatores que deprimem a nossa capacidade de desenvolvimento inclusivo.

Portanto, este plano de governo pretende aproveitar os nossos potenciais econômicos e, nos médio e longo prazos, criar condições para que surjam novos modelos produtivos que tornem nossa cidade um polo regional de investimentos social e ambientalmente sustentáveis e de pujança nos setores de comércio,

serviços e inovação.

Para isso, é preciso elaborar um plano de ação para que a gestão municipal contribua para que nossa capital aproveite o ciclo nacional de aceleração do crescimento, reproduzindo aqui o que já está acontecendo nacionalmente. Um plano que permita que nossa cidade se constitua como um polo regional de indústria tecnológica, cultural e de baixa emissão de carbono.

Esse plano também precisa aproveitar o potencial das instituições públicas de ensino para alavancar a capacidade de inovação de nossa capital. As universidades públicas são 15 das 20 instituições brasileiras que mais depositam patentes no Brasil². A UFRN, por exemplo, é a 39ª instituição brasileira que mais deposita patentes em 2023.

A inovação é emprego para a classe trabalhadora. A prefeitura tem como desafio ser uma plataforma de conexão entre três eixos: as universidades, os institutos federais e estaduais; a iniciativa privada; e os governos estadual e federal. Além disso, como ninguém come PIB, como já nos lembrava a economista Maria da Conceição Tavares, com isso querendo dizer que pode haver crescimento sem repartição social justa, nosso compromisso também é o de assegurar que esse ciclo de crescimento seja acompanhado por ampla distribuição de renda, crescimento da renda do trabalho e por criação de empregos mais duradouros e com melhores salários, bem como colaborar com a formalização dos trabalhos, com a melhora das condições de trabalho dos trabalhadores informais e com o empreendedorismo.

Para o curto prazo, este plano de governo também apresenta diretrizes e ações para uma política que dê segurança a importante parcela da população que vive do trabalho informal em nossa capital. Parte desse setor é o dos trabalhadores por aplicativos, que representa 12 mil pessoas atuantes hoje no ramo de “aplicativos de serviços, como entregas” no RN, segundo dados do IBGE de 2022³, sendo a maioria na capital de nosso estado. Melhorar as condições de trabalho e de remuneração para um setor com número tão expressivo de trabalhadores tem forte impacto na demanda agregada interna, com potencial para aquecer o setor de comércio e serviços. Ademais, uma cidade do porte de Natal é composta por vários ecossistemas econômicos conectados a partir de empregos formais, servidores públicos, mas também a partir da informalidade. Esse tipo de atividade exige um cuidado mais intenso por parte do Estado, com a finalidade de pensar redes de proteção e formas de garantir a autonomia financeira desses trabalhadores e trabalhadoras. A Prefeitura pode contribuir bastante para promover a autonomia financeira destes trabalhadores e trabalhadoras.

Este plano também indica as diretrizes e as ações para o desenvolvimento de uma política capaz de auxiliar os pequenos e médios empreendedores e as iniciativas de economia solidária, especialmente aquelas que contribuem para a soberania alimentar e a preservação do patrimônio histórico-cultural da cidade. Nesse contexto, a gestão municipal deve atuar de maneira proativa para criar um ambiente favorável ao empreendedorismo local, proporcionando capacitação, acesso a crédito e incentivos fiscais. Além disso, é fundamental promover a integração entre os diversos setores econômicos e sociais da cidade, fortalecendo redes de cooperação e parcerias que possam impulsionar o desenvolvimento sustentável e inclusivo.

² Disponível em: <INPI - Ranking depositantes residentes de 2023>.

³ Disponível em: <RN tem 19 mil trabalhadores por aplicativo, aponta IBGE - Tribuna do Norte>.

Para o turismo, as gestões das elites políticas defendem um modelo de desenvolvimento turístico que coloca o turista no centro das políticas públicas, esquecendo-se de quem constrói a cidade, empresta-lhe brilho, faz cultura e dá vida a práticas históricas que constroem patrimônios imateriais, como a ginga com tapioca. Em contraposição a esse modelo predatório, que dá de ombros para as populações locais, é preciso apresentar um projeto de “Turismo Integrado à Comunidade”, cuja premissa é a de que os investimentos e ações públicas se destinam a melhorar as condições de trabalho e de vida dos cidadãos natalenses que servem ginga com tapioca e outros tipos de pescado, promovem festas e eventos culturais, colore as ruas com feiras de artesanato. Afinal, é o desenvolvimento autônomo das potencialidades do natalense e da natalense que atrai turistas, e não a construção artificial de uma cidade para quem a visita, e outra para quem nela mora.

O turista que vem a Natal não é, em regra, o multimilionário que frequenta Balneário Camboriú, predada por enormes prédios e poucas opções culturais comunitárias. Aqui, vêm aos montes turistas de classes médias e populares, buscando as experiências prazerosas, muitas vezes gratuitas, que nossa cidade tem a oferecer. O que seria, por exemplo, do Rio de Janeiro sem seus sambas populares, de rua? Pois é, Natal também possui uma cena cultural pujante e rica! Por isso, melhorar a vida de quem vive em nossa cidade, melhorando os serviços públicos (como transporte) e fortalecendo as experiências locais, também é uma forma de atrair novos visitantes e, assim, dinamizar um dos setores predominantes na economia da nossa capital. Nossa cidade é repleta de eventos periódicos de sambas, feiras de produtos de artesanato, culinária e design local, corridas de rua, festividades religiosas, e tudo isso precisa ser fortalecido e incentivado.

A revitalização dos espaços urbanos, a promoção de eventos culturais e turísticos, e o incentivo a práticas sustentáveis são ações que, somadas, podem transformar Natal em uma cidade mais resiliente e próspera. O fortalecimento do turismo, com a valorização de nossa cultura e belezas naturais, e a promoção de eventos que atraiam visitantes ao longo de todo o ano, são estratégias essenciais para dinamizar a economia local. Para essa área, nosso governo também precisa implementar uma política que proteja os atrativos turísticos naturais e que os aproveite em benefício das pessoas que vivem em nossa cidade para, assim, atrair visitantes; que aproveite a capacidade de nosso povo para criar rotas gastronômicas; e que valorize as manifestações culturais e as festas de rua, como os circuitos do samba. Assim, este plano de governo busca não apenas enfrentar os desafios atuais, mas também preparar Natal para um futuro de crescimento sustentável, com oportunidades equitativas para todos os seus cidadãos.

Ainda, é crucial lembrar que o desenvolvimento econômico deve andar de mãos dadas com a justiça social e ambiental. A construção de uma cidade mais justa, inclusiva e sustentável requer a participação ativa de toda a comunidade, desde os gestores públicos até os cidadãos, passando por empreendedores e trabalhadores.

Somente assim poderemos garantir que Natal se torne uma referência em qualidade de vida, inovação e desenvolvimento humano. Este é o compromisso que assumimos e a missão que nos orienta na construção de um futuro melhor para todos.

Os objetivos deste eixo são:

OBJETIVO 1 - Transformar Natal em um polo tecnológico.

- Apoiar e promover iniciativas de divulgação científica;

- Estimular a competitividade e a atratividade de nossa cidade para novos investimentos, especialmente para atividades não poluentes e com capacidade de gerar produtos e serviços com maior valor agregado;
- Construir um calendário de maratona de desenvolvimento de ideias inovadoras e de soluções de software (ideathons e hackathons) para resolver problemas relacionados aos eixos temáticos dos setores estimulados pelo plano de industrialização do governo federal (como energias renováveis, complexo industrial de saúde e digitalização de serviços públicos), envolvendo o sistema S, iniciativa privada, infraestrutura municipal e universidades e institutos federais e estaduais;
- Buscar cooperação técnica com as prefeituras que executam políticas exitosas de atração de investimentos para produção de novas tecnologias;
- Buscar investimentos em instituições como Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco Nordeste e Novo Banco de Desenvolvimento, para financiar a inovação tecnológica e infraestrutural de que Natal precisa;
- Criar uma política de retenção de talentos e de incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento para fomentar a inovação tecnológica por meio de agência municipal de incentivo à pesquisa e instalação de parques tecnológicos e incubadoras;
- Garantir o acesso aos bens tecnológicos por meio de políticas como a instalação de internet sem fio em espaços públicos e articulação melhorar o sinal de celular na cidade para acabar com os vazios de cobertura;
- Formar parcerias com as instituições de ensino já instaladas na cidade para desenvolvimento de tecnologias que solucionem problemas da cidade, como a digitalização dos serviços da prefeitura;
- Estudar a utilização de uma política de incentivos fiscais para a revitalização do centro da cidade e da Ribeira em prol do alojamento de empresas de tecnologia, inovação de design, a exemplo da experiência do Porto Digital do Centro do Recife, transformando esses bairros em um território de economia criativa e de inovação tecnológica.

OBJETIVO 2 - Estruturar política de emprego e renda no município.

- Integrar as políticas de assistência social com as de emprego e renda do município;
- Facilitar acesso a crédito, e realizar cursos específicos, fomentando o empreendedorismo, para que grupos em vulnerabilidade socioeconômica, como mulheres, população negra, em situação de rua e LGBTQIA+, possam dar o pontapé em seus negócios;
- Investir na capacitação dos trabalhadores do turismo, como bugueiros, artesãos e pequenos empreendedores, com formações em língua estrangeira, marketing digital, noções de contabilidade, etc.;
- Requalificar as políticas de capacitação dos trabalhadores e de intermediação de mão-de-obra do município, que hoje não conta com estrutura mínima para fomentar a empregabilidade;
- Realizar parcerias com projetos de extensão e de pesquisa das universidades e com o Sistema S para tornar a política de qualificação da mão de obra já realizada pela prefeitura em uma verdadeira política pública;
- Estruturar as unidades físicas nas quais são realizadas as atividades de qualificação de mão de obra com os equipamentos necessários para a execução dessa política;

- Planejar programa de direcionamento de investimentos e empregos para regiões prioritárias da cidade, especialmente para regiões da periferia da cidade;
- Disponibilizar equipamentos públicos que funcionem como um ponto popular de trabalho, preferencialmente localizados em bairros de maior vulnerabilidade socioeconômica, onde trabalhadores informais poderão ter os meios e equipamentos necessários para produzir e trabalhar (escritórios de coworking; máquinas de costura, cozinha industrial, etc.);
- Focar os investimentos de capacitação de mão de obra em áreas de maior escassez de trabalhadores e que permitam os trabalhadores receberem melhores salários (robótica, inteligência artificial, audiovisual, etc.);
- Implementar cursos de capacitação específicos para mulheres para qualificá-las para ocupar mercados de trabalhos com prevalência atualmente masculina, como nas atividades de tecnologias, construção civil, etc.;
- Estudar a concessão de benefícios fiscais para atrair novas empresas para bairros com maior vulnerabilidade socioeconômica para descentralizar a oferta de empregos.

OBJETIVO 3 - Implantar programa de incentivo à industrialização e de fomento a atividades com maior valor agregado.

- Incentivar o desenvolvimento de atividades econômicas com baixo impacto ambiental;
- Coordenar, juntamente com os governos estadual e federal, a execução, em nossa cidade, do plano de industrialização formulado pelo Governo Federal;
- Criar uma secretaria com a competência de planejar o desenvolvimento econômico e social da cidade;
- Criar um plano para fomentar atividades de processamento de produtos que já produzimos em nossa cidade, como os de pescados;
- Buscar e articular investimentos em instituições como Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco Nordeste e Novo Banco de Desenvolvimento para financiar obras que melhorem a infraestrutura de Natal;
- Articular a criação de consórcio da região metropolitana para coordenação dos esforços da região de garantir infraestrutura para a indústria, aos moldes do consórcio do ABC paulista;
- Articular com os municípios da região metropolitana a proposição de um plano diretor da industrialização da região;
- Articular com os municípios da região metropolitana a requalificação dos distritos industriais da região;
- Criar estrutura na governança municipal responsável por realizar intercâmbio técnico com cidades que desenvolveram experiências exitosas de planejamento do desenvolvimento econômico ao redor do mundo e por buscar parcerias internacionais para novos investimentos;
- Aproveitar o plano de industrialização do governo Lula para incluir na frota de ônibus de Natal de baixa emissão de carbono para, assim, induzir o surgimento de uma indústria auxiliar a esses veículos em nossa cidade;

- Aproveitar o Programa Cidades Intermediadoras, presente no plano de industrialização do governo federal, para concorrer aos editais de contratações públicas lançados no âmbito desse programa para promover mudanças na infraestrutura da cidade que incentivem os setores produtivos;
- Implementar uma política de compras governamentais focada nas empresas sediadas em Natal;
- Utilizar o poder de compra da prefeitura para fomentar a demanda por bens e serviços de maior valor agregado na cidade e com menor emissão de carbono;
- Requalificar a área portuária de Natal e articular com o governo federal a modernização do porto de Natal com o objetivo de torná-lo adequado para impulsionar as atividades produtivas da nossa capital e do nosso estado, por exemplo, com instalação guindaste e organização de retroporto.

OBJETIVO 4 - Consolidar um turismo integrado à comunidade e ambientalmente adequado ao século XXI.

- Desenvolver e promover o Turismo de Base Comunitária;
- Fomentar o turismo de aventura na cidade e nos arredores;
- Recuperar as praças públicas existentes que estão sem manutenção e ampliar seu número, sobretudo na Zona Oeste e Zona Norte;
- Investir na divulgação de Natal a partir do turismo gastronômico;
- Integrar as linhas de ônibus com os pontos turísticos da Cidade de Natal;
- Estudar a viabilidade da criação de linhas especiais, com tarifação reduzida ou isenta, de acesso às praias e aos espaços de lazer e de cultura;
- Articular a existência de um serviço de transporte público de qualidade ligando o aeroporto à cidade de Natal, com funcionamento 24 horas ou em horário compatível com o horário dos voos em operação aeroporto;
- Promover o resgate do Turismo Histórico e Cultural por meio de roteiros como a de Natal na 2ª Guerra Mundial e do fortalecimento de festejos populares, como Carnaval e São João;
- Criar política para valorização, ocupação, restauração da Ribeira e Centro, aos moldes do que foi executado em Recife por meio do programa Recentro;
- Fortalecer os mercados públicos e equipamentos públicos usados para vendas de mercadorias turísticas (Árvore do Mirassol, Mercados Públicos, Feirinhas de Artesanato, etc.);
- Fomentar a realização de eventos na cidade para transformar Natal em um atrativo turístico o ano inteiro;
- Promover parcerias com entidades para tornar Natal um destino para eventos de negócios, científicos, acadêmicos, profissionais, estudantes, etc.;
- Criar e implementar, em parceria com os governos estadual e federal, um plano de atração para o turismo internacional;
- Garantir infraestrutura para que a cidade tenha cotidianamente atividades culturais, como rodas de samba, não só em datas comemorativas;
- Realizar acompanhamento periódico das necessidades de adequação de infraestrutura com os produtores de atividades culturais, dos comércios local e dos moradores das adjacências dos polos de festa

de rua na cidade;

- Organizar competições gastronômicas em bares e restaurantes de Natal com pratos típicos da cidade e do estado e fomentar os que já existem;
- Viabilizar feiras gastronômicas na cidade;
- Publicizar o calendário de festas populares, passando a divulgar nos sites e nas redes sociais da prefeitura as rodas de samba, os forrós, os piseiros e demais manifestações de cultura popular;
- Promover maratonas de inovação (ideathons) para incentivar a formulação de ideias de gameificação do turismo na cidade, estimulando a visita e o consumo em áreas turísticas.

OBJETIVO 5 - Organizar o trabalho informal e assegurar direitos a esses trabalhadores

- Organizar e identificar a rede de ambulantes que trabalham nas praias, nas ruas e nos eventos culturais, como as rodas de samba, para garantir sua segurança e a sistematização e implementação das suas demandas;
- Reforçar o ecossistema econômico relacionado aos circuitos de festa de rua;
- Estruturar nos bairros da nossa cidade pontos de apoio ao trabalhador por aplicativo, com estrutura de bebedouro e banheiros públicos, nos quais esses trabalhadores poderão descansar, esperar chamado e carregar celular.

OBJETIVO 6 - Fomentar a economia solidária e os pequenos e microempreendedores.

- Fomentar a integração da política de assistência com a Economia Solidária para potencialização do acesso à renda e da inserção diferenciada no mundo do trabalho;
- Criar Feira Municipal de Artesanato e espaço permanente e coletivo de exposição e venda do artesanato natalense nas orlas da praia;
- Abrir espaço no site da prefeitura para divulgação do trabalho e contato dos artesãos da cidade, fazendo a ponte entre o turista e artesão;
- Prestar assessoria, por meio de parceria com o sistema S, para auxiliar no processo de abertura, licenciamento e fechamento de micro e pequenas empresas e articular a integração dos órgãos envolvidos no processo de registro e legalização de empresas e negócios;
- Criar e implementar um plano de reordenamento sobre a ocupação das áreas públicas nos corredores comerciais (calçadas, praças e canteiros);
- Reestruturar os espaços comerciais coletivos como feiras, mercados, camelódromos, etc.;
- Firmar parcerias com instituições financeiras para facilitar o acesso ao crédito;
- Criar e implementar a sinalização de corredores comerciais;
- Criar e implementar programa de revitalização das Feiras Livres;
- Fomentar a implementação de loja colaborativa com marcas de design locais;
- Auxiliar os feirantes e trabalhadores que vendem comida na rua a ter equipamentos e a adotar práticas que garantam a segurança sanitária dos produtos vendidos;
- Criar e implementar uma Lei para Negócios de Impacto Social e da Economia Solidária;
- Promover editais para o apoio, fortalecimento e aceleração para as cooperativas e atividades da economia solidária;

- Promover feiras periódicas regionais, para induzir o desenvolvimento dos Negócios de Impacto, Economia Solidária e Economia Circular;
- Fomentar feira de Economia Circular;
- Criar uma incubadora de cooperativas municipais para incentivar a formação de cooperativas e lhes prestar apoio técnico (jurídico, contábil e de gestão), com especial atenção ao setor de transporte de aplicativo, a exemplo das já existentes, em outros locais do país;
- Implementar estratégias de economia solidária como serviços de microcrédito, cooperativas de consumo, bancos populares e moedas sociais, que disponibilizem crédito e benefícios públicos;
- Priorizar e ampliar as compras governamentais das Micro e Pequenas Empresas.

OBJETIVO 7 - Incentivar a pesca artesanal, a indústria pesqueira e a agricultura urbana.

- Planejar e executar programa para tornar o pescado produzido em Natal mais competitivo;
- Fortalecer e valorizar a Pesca Artesanal no município, com a adoção de uma política de construção de ranchos públicos de pesca, e a regulamentação dos territórios pesqueiros municipais, por meio do reconhecimento e estabelecimento de zonas tradicionais de pesca em Natal;
- Requalificar o mercado do Peixe em Natal e estabelecer de política de valorização do pescado;
- Adotar políticas de incentivo ao desenvolvimento da Maricultura (algas);
- Adotar ações de incentivo para funcionamento do Terminal Público Pesqueiro de Natal;
- Disseminar tecnologias sociais, como a aquaponia ou sisteminhas, em espaços coletivos;
- Promover e incentivar a realização de Feiras de Produtos Agroecológicos;
- Fortalecer as hortas orgânicas comunitárias de Natal;
- Fortalecer e ampliar os espaços de comercialização da economia solidária em Natal;
- Fomentar e viabilizar a política das farmácias vivas nas UBS de Natal, com aquisição da produção das hortas urbanas;
- Fomentar e viabilizar as compras governamentais para alimentação escolar oriundas da produção sustentável da pesca e da agricultura urbana e periurbana de Natal;
- Fomentar o acesso dos produtos oriundos da pesca artesanal, aquicultura e agricultura familiar ao mercado consumidor;
- Promover a Regularização fundiária dos espaços destinados à pesca, agricultura urbana e periurbana em Natal.



Natal merece mais justiça socioambiental

PLANO DE GOVERNO DA COLIGAÇÃO NATAL MERECE MAIS

ELEIÇÃO: PREFEITURA DE NATAL EM 2024 | CANDIDATOS: NATÁLIA BONAVIDES E MILKLEI



EIXO 4 | Natal merece mais justiça socioambiental

O mundo está mudando rapidamente, enfrentando desafios que afetam toda a humanidade, como as mudanças climáticas e os eventos extremos que se tornam cada vez mais frequentes globalmente, no Brasil e em nossa região. Diante desse cenário, é essencial promover uma mudança significativa, alinhada com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), de maneira participativa, integrada e objetiva. É crucial enfrentar os problemas históricos para consolidar projetos esperados pela população, garantir a preservação dos ecossistemas e melhorar a qualidade de vida.

Por isso, nossa cidade precisa de uma gestão comprometida em construir políticas que garantam maior resiliência às mudanças climáticas e que façam de Natal um exemplo em políticas que contribuam para a transição energética e a reversão do processo de desequilíbrio ambiental. Uma política comprometida com o enfrentamento dos desafios dos novos tempos exige empenho na descarbonização, transição energética, aumento da resiliência e promoção de cidades sustentáveis. A inclusão e a participação social são fundamentais, respeitando os povos, comunidades tradicionais, promovendo o diálogo para resolver conflitos e assegurando a função socioambiental da cidade. Isso inclui uma integração entre urbanismo, meio ambiente e clima, com o objetivo de promover o bem-estar da população e atrair um desenvolvimento sustentável e responsável.

Para alcançar esses objetivos, é necessário planejamento, inovação, modernização e valorização das pessoas, trabalhadores e servidores públicos. Além disso, é essencial fortalecer as instituições públicas, garantindo sua capacidade de promover melhorias na qualidade de vida da população e uma gestão eficiente. É preciso arborizar, proteger ecossistemas, transformar a mobilidade urbana reduzindo emissões e transformar o lixo em recursos econômicos. Isso inclui monitorar a situação ambiental, educar a população e dialogar com municípios vizinhos e investidores, unificando esforços com os governos estadual e federal.

Apresentamos propostas concretas, construídas coletivamente, para o meio ambiente de nossa capital, baseadas nos problemas reais e desafios globais que enfrentamos hoje.

Os objetivos deste eixo são:

OBJETIVO 1 - Transformar Natal em uma cidade sustentável.

Diretrizes e ações:

- Associar a política ambiental com as políticas estruturantes da cidade, incorporando as diretrizes ambientais e de sustentabilidade em todas as políticas executadas pela prefeitura;
- Adotar uma governança que assegure que a execução de políticas de combate às mudanças climáticas e de proteção do meio ambiente sejam integradas às demais políticas públicas executadas pelo município;
- Modernizar o órgão responsável pela execução de políticas ambientais, melhorando suas rotinas, e institucionalizando a sua competência de tratar dos temas relacionados às mudanças climáticas, incluindo a mitigação e a adaptação;
- Fortalecer o órgão responsável pela execução de políticas ambientais e de adaptação e combate às mudanças climáticas, garantindo o pleno exercício da fiscalização da atividade de licenciamento ambiental;
- Criar incentivos para quem implementa iniciativas de melhorias ambientais, de forma integrada

com sua construção ou reforma ou mesmo adoção de áreas públicas de interesse da coletividade;

- Organizar fóruns periódicos para a participação popular na agenda ambiental incentivando o controle social, a busca pela Agenda 2030 da ONU, a identificação de problemas e a construção permanente de propostas para melhorar a qualidade de vida dos bairros;

- Incentivar a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais na área do município, com foco na cadeia produtiva da sociobiodiversidade – associada aos direitos territoriais, modos de vida, práticas e conhecimentos tradicionais;

- Revisar e modernizar o Código do Meio Ambiente da Cidade do Natal, compatibilizando-o com a legislação ambiental brasileira e estadual dos últimos 30 anos e fortalecendo o Sistema Municipal do Meio Ambiente integrado ao Sistema Estadual e Nacional, com planejamento e participação social;

- Fortalecer os programas de educação ambiental da capital para promover o exercício da cidadania, a aprendizagem e a orientação uniformizada para que o município e escolas multipliquem soluções práticas adaptadas às realidades dos bairros;

- Elaborar programas de educação ambiental;

- Diversificar os usos dos parques e áreas verdes por meio da organização de espaços de lazer e de esporte.

OBJETIVO 2 - Promover medidas de mitigação (redução da emissão de gases do efeito estufa) e adaptar a cidade aos efeitos das mudanças climáticas Diretrizes e ações.

- Elaborar e aplicar um Plano Municipal de Mudanças Climáticas (PMMC) que preveja políticas para prevenir os desastres socioambientais e para promover a adaptação da cidade às mudanças climáticas;

- Articular uma governança que integre os esforços dos municípios da região metropolitana na mitigação das mudanças climáticas e na prevenção aos desastres socioambientais;

- Fortalecer a Defesa Civil e executar o Plano Municipal de Contingência (Plancom) para garantir a atuação preventiva, e para agir emergencialmente em situações de desastres para restabelecer a normalidade social;

- Estruturar um plano de investimentos no desenvolvimento e manutenção de espaços verdes, como parques, jardins, florestas urbanas, e outras áreas que promovem a vegetação dentro das cidades;

- Criar corredores ecológicos que liguem diferentes habitats naturais, permitindo que a fauna e a flora possam se mover e interagir livremente;

- Fortalecer o monitoramento ambiental da cidade, com capacidade para execução da política ambiental e coleta de dados sistemáticos para geração de relatório de qualidade do meio ambiente que aponte os indicadores com maior necessidade de atuação do poder público;

- Estabelecer o monitoramento das principais fontes emissoras de gases que afetam negativamente a qualidade do ar da cidade, gerando um inventário dos gases do efeito estufa atualizado da capital, além de rede de monitoramento climático, para instituição de medidas de mitigação e da redução de impacto e riscos e adequação à legislação ambiental mais recente e moderna;

- Realizar cooperação técnica e orçamentária com cidades de outros países e organizações internacionais para adotar estratégias exitosas em outras cidades.

OBJETIVO 3 - Melhorar o sistema de drenagem urbana e requalificar as lagoas de captação para evitar alagamentos e desastres ambientais.

Diretrizes e ações:

- Criar um plano emergencial de requalificação das lagoas de captação, prevendo orçamento compatível com a manutenção dessas estruturas;
- Instalar lixeiras e ecopontos próximos às lagoas de captação;
- Instalar sistema de alerta de risco de transbordamento nas lagoas de captação;
- Adaptar e implementar áreas verdes e vias públicas com materiais e soluções sustentáveis para evitar alagamentos;
- Adotar sistemas de drenagem compatíveis com as características naturais;
- Utilizar materiais permeáveis ou semipermeáveis nas vias públicas, adaptando a capital ao conceito de cidade-esponja, absorvendo águas de chuva para o aquífero e, com base nas características naturais, adaptar as áreas inundáveis;
- Implementar o Plano Diretor de Drenagem de Natal;
- Revisar as situações críticas de alagamento da cidade, com efetiva execução de projetos inacabados e novas soluções técnicas para os casos não previstos, em nível micro e de macrodrenagem.

OBJETIVO 4 - Estruturar a rede de esgotamento sanitário da cidade.

Diretrizes e ações:

- Revisar o sistema de esgotamento sanitário nas áreas críticas de alagamento que possuem ligações clandestinas de drenagem, ao mesmo tempo em que se revista o sistema de drenagem com ligações clandestinas de esgoto;
- Promover a expansão da rede de coleta e tratamento de esgoto da cidade, em articulação com os demais entes federativos, para tornar Natal uma cidade sustentável e livre de contaminação de suas águas subterrâneas por fontes de esgoto;
- Promover a expansão de abastecimento de água potável, em articulação com os demais entes federativos;
- Estudar medidas de reutilização de águas no âmbito do poder público e estimular ações e soluções técnicas na iniciativa privada.

OBJETIVO 5 - Gerir os resíduos sólidos de forma a reduzir o volume e garantir o tratamento adequado dos resíduos gerados.

Diretrizes e ações:

- Reestruturar e requalificar a política de coleta seletiva na cidade, com inserção social dos catadores e cooperativas para atendimento aos bairros, estimulando agendas ambientais periódicas na cidade para que a própria população seja estimulada, favoreça a economia circular e a geração de renda com descarte adequado dos resíduos;
- Adotar as soluções técnicas necessárias para cobrir toda a capital com os serviços de coleta de resíduos, com prioridade para os bairros periféricos, as feiras públicas e a eliminação dos depósitos inadequados de lixo e problemas com queimadas, inclusive adotando e divulgando novos pontos de

descarte regular;

- Melhorar o controle e a qualidade na estação de transbordo da cidade, para reduzir os problemas ambientais existentes e potenciais conflitos sociais e ambientais no contexto urbano em que se encontra;
- Disponibilizar amplamente recipientes de lixo por áreas públicas estratégicas da cidade com maior movimentação de pessoas, atraindo as pessoas para o descarte correto e de forma criativa;
- Estudar a possibilidade de criação de unidades de triagem de resíduos, reciclagem, compostagem, disponibilização de máquinas e equipamentos para os catadores, oferecendo cursos e agregando valor aos seus produtos reciclados e reutilizados;
- Estruturar política de ecopontos e soluções sustentáveis para os resíduos da construção civil;
- Implantar programa de Economia Circular que permitirá introduzir o resíduo na cadeia produtiva e transformá-lo em insumo para uma política industrial municipal;
- Criar o plano para a gestão de resíduos recicláveis e resíduos orgânicos.

OBJETIVO 6 - Preservar a Biodiversidade e restaurar os ecossistemas existentes no município.

Diretrizes e ações:

- Atualizar o Plano de Arborização Municipal e aumentar a arborização urbana com adoção de espécies nativas e parcerias com instituições, hortos e viveiros, com meta de aumento contínuo e permanente da arborização na cidade, melhorando com isso o clima local, a paisagem e a drenagem urbana;
- Garantir espaços de uso compatível com a preservação da biodiversidade das áreas protegidas da cidade, por meio da criação de equipamentos que permitam atividades de contemplação, prática de esportes, lazer, educação ambiental, etc.;
- Estudar a criação de projetos como bioparque e jardim botânico dentro de Zonas de Proteção Ambiental da cidade para integrar a população com a proteção desses ambientes e seus usos sustentáveis;
- Identificar áreas degradadas com possibilidade de recuperação da biodiversidade, a partir da participação popular, para a elaboração de projeto alternativo de restauração que garanta segurança e qualidade ambiental para a população.

OBJETIVO 7 - Instituir uma política de proteção e de recuperação de nossos recursos hídricos.

Diretrizes e ações:

- Melhorar a qualidade ambiental dos rios existentes na cidade, com apoio do estado e municípios vizinhos na gestão dos Rios Pitimbu, Potengi e Doce, além de outras iniciativas de revitalização nos rios municipais e suas margens, com reflorestamento e parques lineares baseados em ecossistemas locais;
- Adotar o controle ambiental e correção das fontes contaminantes das águas subterrâneas para as atividades de alto impacto que possam representar riscos à qualidade dos poços.

OBJETIVO 8 - Proteger a nossa zona costeira para garantir a sua biodiversidade, a sua balneabilidade e seu uso diverso pela população.

Diretrizes e ações:

- Requalificar a orla marítima da cidade e replanejar a urbanização da orla para torná-la adequada e compatível com as características naturais e os diversos usos recreativos e turísticos potenciais;

- Assegurar, com medidas de gestão de resíduos sólidos, de ampliação da rede de coleta e de tratamento do esgoto, e de melhoramento da drenagem da cidade, que a urbanização da orla não contamine as águas das praias e não aumente o processo de erosão;
- Elaborar plano de engenharia, com consulta à população atingida, para adaptar as áreas urbanizadas sujeitas ao processo de inundação costeira, com especial atenção para as áreas de interesse social que mais sofrem com esse problema, como o Passo da Pátria.

OBJETIVO 9 - Contribuir para a transição energética do município.

Diretrizes e ações:

- Iniciar o processo de transição energética com incentivo ao uso de energias renováveis e à modernização da infraestrutura municipal;
- Aumentar a participação de fontes renováveis na matriz energética do município, com priorização à autonomia energética dos prédios e espaços públicos;
- Fazer a transição do sistema de iluminação da cidade para um de menor gasto energético;
- Investir em transportes públicos de baixa emissão de carbono, priorizando a eficiência e a cobertura de ônibus sustentáveis e ambientados ao clima local.

OBJETIVO 10 - Transformar Natal numa cidade que acolhe todos os seres.

- Recuperar e manter a unidade do centro de zoonoses e dos equipamentos de castração municipais;
- Implementar e fortalecer leis que protejam os direitos dos animais;
- Adaptar os locais de convivência pública para recepção e convivência de animais;
- Promover campanhas educativas de conscientização sobre maus-tratos de animais, zoonoses e outras doenças que afetam a saúde animal;
- Instituir um plano de substituição gradativa do uso de tração animal pelo uso de tração mecânica nas cidades, com devido acompanhamento das pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica que utilizam a tração animal como forma de subsistência;
- Criar programas de castração acessíveis à população, de modo a controlar a superpopulação de animais domésticos e reduzir o número de animais em situações de abandono;
- Promover campanhas educativas sobre a importância da adoção responsável, incentivando a adoção de animais de abrigos controlados por protetoras e protetores independentes, e a conscientização sobre as responsabilidades envolvidas na criação de um animal de estimação;
- Cadastrar protetores e protetoras independentes de baixa renda, e, a partir desse diagnóstico, implantar programa de assistência aos cuidados desses animais;
- Estabelecer padrões de bem-estar animal mais rigorosos, incluindo regulamentações para práticas de criação e abate humanizadas;
- Promover campanhas de vacinações contra raiva e doenças virais;
- Fornecer apoio para organizações de proteção animal e abrigos de animais, para assegurar a continuidade do resgate, cuidado e reabilitação de animais em situações de risco desenvolvido por essas organizações.